



RELATÓRIO

DO ENCONTRO SOBRE HIDRELÉTRICA E MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA: IMPACTOS SOBRE OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ/PA.

Realização: Defensoria Pública do Estado do Pará e Diocese de Óbidos/PA.

Data: 26 e 27 de janeiro de 2016.

Local: Cliper Santo Antônio, Oriximiná/PA.

**Oriximiná/PA
Janeiro/2016**



ORGANIZADORES

Andreia Macedo Barreto – Defensoria Pública do Estado do Pará.

Tomasz Gwiazda – Paróquia Santo Antônio - Oriximiná/PA.

Italo Souza dos Santos – Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Óbidos.

Rosiany Coelho – Defensoria Pública do Estado do Pará

Jair Batista Garcia – Diocese de Óbidos/PA.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Maria Rute Costa Pontes (relatora) - Paróquia Santo Antônio/Oriximiná.

Douglas Sena dos Santos (relator)- Diocese de Óbidos/PA.

Andréia Macedo Barreto (revisão e apresentação) – Defensoria Pública do Estado do Pará.

TRADUTORES

João Oliveira – tradutor para o povo indígena Waiwai

Angela Katxuyana – tradutora para o povo indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana

Luiz Waiwai - tradutor para o povo indígena Waiwai

FOTOGRAFIA

Juliana Pereira

Mauro Ribeiro

ARTE DO ENCONTRO

Igor Luiz Silva – Defensoria Pública do Estado do Pará.

PATROCÍNIO:

MISEREOR
IHR HILFSWERK



APOIO:



ESDPA
Escola Superior da Defensoria Pública do Pará

ADPEP PARÁ
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS
DO ESTADO DO PARÁ



APRESENTAÇÃO

O encontro “Hidrelétrica e Mineração na Amazônia: impactos sobre os territórios indígenas e quilombolas de Oriximiná/PA”, realizado nos dias 26 e 27 de janeiro de 2016, no salão da Paróquia Santo Antônio, no Município de Oriximiná/PA, foi organizado pela Defensoria Pública do Estado do Pará e Diocese de Óbidos, com o patrocínio da Paróquia Santo Antônio, Município de Oriximiná e MISEREOR, contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Óbidos; Comissão Justiça e Paz; Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (ESDPA) e Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (ADPEP).

O encontro é fruto de uma demanda dos povos indígenas e quilombolas de Oriximiná, por esclarecimento de seus direitos diante das denúncias de violação de direitos territoriais, com ingresso de pessoas em seus territórios, para realizar pesquisa destinada a projeto hidrelétrico e minerário. Nesse sentido, a formatação do encontro e respectiva programação contaram com a participação dos povos indígenas, através dos representantes das Associações dos Povos Indígenas do Mapuera e Associação Indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana (AILTK); bem como dos quilombolas integrantes da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO). O representante da Fundação Nacional do Índio de Oriximiná igualmente contribuiu com a organização, sendo fundamental na tradução de todo o evento.

No total foram 399 pessoas inscritas no encontro, das quais 93 eram indígenas, 202 quilombolas, 21 representantes de organizações governamentais e 93 entre estudantes, professores, religiosos, representantes de organizações não governamentais e trabalhadores rurais e da cidade.

O objetivo geral do encontro consistiu em discutir os impactos socioambientais causados por empreendimentos hidroelétricos e minerário na Amazônia, enfocando as experiências e problemáticas paraenses, de modo a contribuir para reflexão, organização e soluções dos entraves e/ou dificuldades enfrentadas por indígenas e quilombolas, que residem no Município de Oriximiná, Oeste do Estado do Pará.

Como objetivos específicos, o encontro buscou: (I) debater sobre o planejamento e implantação de hidrelétricas e projetos de mineração na Amazônia, discutindo as problemáticas no estado do Pará; (II) compartilhar experiências indígenas e quilombolas, de Altamira, Itaituba e Oriximiná; (III) tratar dos direitos aos territórios indígenas e quilombolas,



como demarcação e titulação; (IV) reunir órgãos governamentais e não governamentais, povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombolas de Oriximiná, para discutir e propor medidas destinadas ao enfrentamento e resolução das problemáticas apresentadas no encontro.

A partir desses objetivos, foram organizados em três painéis que abordaram as seguintes temáticas: “PAINEL 1 – Experiências Indígenas e Quilombolas: territórios e empreendimentos hidroelétricos e minerários”. Este painel foi formado exclusivamente por representantes de povos indígenas Munduruku, Curuaia, Waiwai, Katxuyana, Tunayana e Kahyana; bem como por representantes das nove Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Oriximiná. “PAINEL 2 - Conflitos e garantia de Direitos”. Este painel foi formado por representantes da Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, para esclarecer sobre os direitos relacionados ao tema do encontro. “PAINEL 3 – Estudos e organização social”. Este painel contou com a composição de pesquisadora da Universidade Federal do Oeste do Estado do Pará (UFOPA), representante do Conselho Indigenista Missionário de Altamira (CIMI) e agente da Comissão Pastoral da Terra de Óbidos.

Por fim, foi realizada uma Mesa “Diálogos Institucionais e encaminhamentos”, colocando todos os participantes e instituições convidadas para conversar (em um círculo) sobre tudo o que foi discutido nas mesas anteriores. O objetivo desse diálogo foi permitir uma interação entre os presentes, bem como facilitar o encaminhamento de demandas e propostas apresentadas pelos participantes do encontro, o que será viabilizado pelo conteúdo deste relatório.

A metodologia utilizada para a elaboração deste relatório consistiu no resumo e transcrição dos relatos e apresentações orais, seguindo a ordem de exposição dos painéis e mesa de diálogos institucionais. Também integram o relatório as apresentações dos slides dos expositores, bem como os documentos apresentados pelos participantes para serem encaminhados aos órgãos competentes. Em todo o encontro foi realizado registro audiovisual e fotográfico, sendo parte dessas fotografias integrantes deste relatório.

Portanto, o presente relatório consiste em uma síntese de tudo o que foi discutido no encontro, sendo um documento destinado a conferir visibilidade às denúncias e permitir realizar encaminhamentos às instituições competentes.

Andréia Macedo Barreto
Defensora Pública do Estado do Pará

1. REUNIÃO PREPARATÓRIA COM REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DE ORIXIMINÁ E POVOS INDÍGENAS DE ORIXIMINÁ.

No dia 25 de janeiro de 2016, por volta das 15h:00 min. foi realizada reunião preparatória com os representantes das associações das comunidades remanescente de quilombo de Oriximiná, para tratar da programação do encontro, organização de composição de mesa e tempo de exposição. O tempo de exposição foi decidido nesta reunião, onde restou acordado entre os representantes das associações quilombolas que cada um faria sua exposição no tempo de sete minutos, de modo a respeitar o tempo de uma hora, igualmente concedido aos indígenas.



Foto 1. Reunião preparatória com representantes das associações dos quilombolas/Oriximiná (2016).
Fonte: Mauro Ribeiro

No mesmo dia, por volta das 21h:00min., foi realizada reunião preparatória com os povos indígenas participantes, no salão paroquial, também com a finalidade de tratar das exposições e tempo de apresentação, bem como para pedir autorização do direito de imagem para a produção de um vídeo, resultado de todo o encontro. A reunião contou com os tradutores Joao Rodrigues Waiwai, João do Vale e Juventino Katxuyana, sendo conduzida pela Defensora Pública e caciques do povo Waiwai e representante do povo Katxuyana, Tunayana e Kahyana, com a participação de todos os indígenas presentes no encontro e



hospedados no alojamento da Paróquia Santo Antônio/Oriximiná. Ao final, com votação através de palmas, foi autorizada a produção do vídeo, encerrando a reunião com a apresentação da equipe de filmagem e fotografia.

2. ABERTURA DO ENCONTRO

No dia 26 de janeiro de 2016, após a realização do credenciamento dos participantes, o encontro iniciou-se às 9h:30min., sob a coordenação da Defensora Pública do Estado do Pará Andréia Macedo Barreto e Padre da Paróquia de Oriximiná, Tomasz Gwiazda. Inicialmente, a **Defensora Pública** saudou os presentes e informou que o evento contaria com dois tradutores, os quais foram convidados a sentar-se à mesa: o Senhor João Oliveira, da etnia Waiwai e representante da FUNAI/Oriximiná; e Ângela Amanakwa Katxuyana, que realizou a tradução aos povos Katxuyana, Tunaiana e Kahyana.

Em seguida, o **Padre Tomaz Gwiazda** falou que o encontro foi idealizado pela Defensoria e Diocese, mas que resultou a união de todos os parceiros e colaboradores. Por isso, agradeceu a todos que arrumar o espaço, limpando, colocando o som, fazendo a comida etc.: Ítalo Souza dos Santos (CPT/Diocese de Óbidos), Suelen Pinheiro de Jesus (Pastoral Social), Jair Batista Garcia (Pastoral Social), Francelina Duarte Siqueira (Pastoral Social), Ana Rita Costa Pontes (Pastoral Social), Sérgio dos Santos da Cruz (Comunidade Jarauacá), Edinaldo dos Santos Pinheiro (Conselheiro Tutelar), Aurielle Viana Salgado (ARQMO), Maria Ruth Costa Pontes (Pastoral Social), Paulo Cesar (pela realização do transporte); Rudinei (Juventude Quilombola), Pedro (carpinteiro naval que cedeu sua canoa para a decoração do espaço do evento). Agradeceu, ainda, a equipe da cozinha: Raimunda Marly Pinheiro Canto, Gleice Printes Cantos Pinheiro, Luiza Helena Alves Pinheiro, Orleans Alves Pinheiro e Vera Lúcia de Azevedo Pires. Em seguida, o Padre Tomaz Gwiazda passou a palavra aos tradutores, Senhor João Oliveira da FUNAI e Ângela Katxuyana.

Em seguida, a **Defensora Andreia Barreto** explicou que este encontro nasceu de uma demanda dos povos indígenas, assim como de denúncias apresentadas por quilombolas, de pessoas que estavam desenvolvendo pesquisas sobre os recursos minerais existentes em suas terras. A Defensora falou, ainda, que convidou representantes de outras localidades, para compartilharem suas experiências. Explicou que o tempo de exposição será triplicado em razão da tradução para mais dois dialetos indígenas. Também esclareceu que, inicialmente,



seriam feitas considerações iniciais pela mesa de abertura e, em seguida, a apresentação do primeiro painel, com posterior abertura para as perguntas, questionamentos ou contribuições.



Foto 2. Reunião preparatória com povos indígenas de Oriximiná, participantes do encontro (2016).
Fonte: Ítalo Santos

3. MESA DE ABERTURA

A mesa de abertura foi composta por membros de instituições convidadas e presentes, justificando a ausência do bispo de Óbidos, Dom Bernardo Johannes Balhmann [que compareceu no dia seguinte] e defensor público geral Luís Carlos de Aguiar Portela. Foram convidados a compor esta mesa: o Cacique Geral Eliseu Rodrigues da Silva Waiwai, representante do Povo Waiwai; o Caqui Geral João Pekiruruwa Katxuyana, representando o Povo indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana; a representante da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), Claudinete Colé de Souza; a representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a magistrada Karise Assad; a representante do Ministério Público Federal de Santarém, Fabiana Keylla Schneider; a representante do Ministério Público do Estado do Pará/Santarém, Ione Missaé Nakamura; o representante do Conselho Indigenista Missionário/Altamira (CIMI), Padre Patrício Brennan; o representante da presidência do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Marcelo Borges; a representante do Instituto de Pesquisa e

Formação Indígena – IEPÉ, Eleonor Valentino de Oliveira; o presidente do sindicato do trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santarém, Manoel Edivaldo Santos Matos.



Foto 3. Mesa de abertura (2016)

Fonte: Juliana Pereira

O **Padre Tomas Gwiazda** lembrou a presença das outras instituições no encontro e, por isso, agradeceu a presença da Pastoral Social da Diocese de Óbidos, Irmã Ivaldete Rodrigues, assim como as demais autoridades eclesiais e movimentos sociais presentes, como a Associação das Mulheres Indígenas de Oriximiná e Movimento em Defesa de Oriximiná (MDO), além das associações quilombolas presentes. A **Defensora Pública Andreia Barreto** explicou que cada convidado teria o tempo de dois minutos para expor na abertura do evento, fazendo sua saudação ou considerações.

Iniciando a mesa de abertura, o **Cacique Geral Eliseu Rodrigues da Silva Waiwa** ressaltou a importância do encontro, pedindo aos indígenas que ficassem atentos para os problemas que estão acontecendo na região: “a doutora já explicou isso para nós, então vamos esquecer outras coisas e nos concentrar no encontro”. Agradeceu a mesa pelo convite mesmo tendo que estar presente em outro evento, pois este é importante. Agradeceu, ainda, ao Senhor Cristiano, enfermeiro que trabalha na área indígena na saúde e concluiu: “vamos trabalhar”.

Em seguida, **Cacique Geral João Pekiruruwa Katxuyana** inicialmente desejou bom dia em sua língua nativa e depois em português. Ele explicou que está representando o



Cacique Geral do seu povo e que não é mais cacique. Disse: “estamos trabalhando um tema que vai trazer benefício para o povo indígena”; Relatou que estão fazendo pesquisas nas terras do povo quilombola e indígenas e não foram consultados. Revelou que sabe como isso vai funcionar e que tudo será afetado, isto é, o próprio rio, a floresta, destacando que tudo isso é muito sério e será tratado durante estes dois dias. E concluiu que devem estar voltados para esses problemas.

A **representante da ARQMO, Claudinete Colé de Souza** agradeceu pelo convite e a participação dos parentes indígenas e disse: “vamos fazer uma explanação dos problemas que estamos vivendo em nossas áreas”. Revelou que era o momento de unir forças para defesa de direitos. “Quando eles vieram, nós já estávamos nas nossas terras”.

A **Magistrada Karise Assad** agradeceu o convite e explicou que estava respondendo pela Vara Agrária de Santarém e representando o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Agradeceu a Defensoria e a Diocese pela iniciativa de realizar o evento e colocou o Tribunal de Justiça do Estado à disposição de todos.

A **Procuradora da República Fabiana Keylla Schneider** parabenizou o encontro e colocou-se à disposição para o debate. Revelou ser uma grande alegria estar nos dois dias com os quilombolas e indígenas presentes. Parabenizou a Defensoria e a Diocese de Óbidos pela iniciativa do evento e disse ainda que este encontro é uma oportunidade de prestar esclarecimentos, receber e dar informações sobre esses empreendimentos na região.

A **Promotora de Justiça, Ione Missaé Nakamura**, saudou todos os presentes; parabenizou a Defensoria Pública e a Diocese de Óbidos quanto à realização do evento; e colocou o Ministério Público à disposição de todos. Disse que está de todas as maneiras buscando adentrar nas discussões e contribuir para o entendimento e enfrentamentos das situações.

O representante do ICMBio, Marcelo Borges, saudou aos presentes, cumprimentando a mesa e disse ser importante falar do desafio que é enfrentar essa temática, pois as esferas governamentais também são muito pressionadas quanto a essas questões relacionadas aos empreendimentos para a região. Falou ainda que precisa estreitar relação com os povos indígenas, para que também seja feito o acompanhamento das questões ligadas às suas lutas, trabalhando de acordo com a Constituição e garantindo o direito de todos. Ressaltou sobre o papel e missão do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio).



O Padre Patrício Brennan disse que há 36 anos chegou ao Município de Oriximiná. Relatou um pouco de seu trabalho com os indígenas e quilombolas e disse que já trabalhou no Conselho Indigenista fazendo visitas nas áreas do Oiapoque. Ressaltou que ficou muito feliz com o convite e de encontrar pessoas amigas e escutar as músicas quilombolas. Entretanto, o que lhe deixou mais feliz foi a participação dos indígenas e quilombolas na defesa de seus direitos.

A Antropóloga Eleonor Valentino de Oliveira justificou a ausência da Senhora Denise (representante do Iepé), que não compareceu por razões familiares. Ela ressaltou sobre a importância do encontro e disse ser este o início de uma conversa com a defensoria e que tem interesse em contribuir com esse debate.

O representante do STTR/Santarém, Manoel Edivaldo Santos Matos, agradeceu o convite e ressaltou a importância do evento. Disse que o debate é muito importante quando se trata dos territórios tradicionais. Afirmou que a luta dos movimentos sociais é uma luta coletiva e que todos devem direcionar esforços para o entendimento dos direitos de todos. Ressaltou a importância do cuidado para com a casa comum, tema este da campanha da fraternidade de 2016. Desejou a todos um bom evento.

4. PAINEL 1 - EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: TERRITÓRIOS E EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS E MINERÁRIOS

Dando início ao Painel 1, a **Defensora Pública Andreia Barreto** explicou a dinâmica das apresentações, informando que convidados e representantes dos povos indígenas dos municípios de Itaituba e Altamira iniciariam o painel, com a apresentação de seus temas, compartilhando suas experiências. Na sequência, os povos indígenas de Oriximiná, com o tempo de quinze minutos para cada expositor. Em seguida, os representantes das Comunidades Remanescentes Quilombo, os quais decidiram em reunião preparatória ao evento se organizar para fazerem suas exposições em uma hora, tendo em vista se tratar de representantes de nove associações.

O **Padre Thomaz Gwiazda** apresentou o tema do painel 1: “experiências indígenas e quilombolas: territórios e empreendimentos hidrelétricos e minerários”. Em seguida passou a convidar os expositores à composição da mesa, chamando os Senhores (as): Rozeninho Sawreck Munduruku da Associação Indígena Pahyhy'p do Médio Tapajós do Povo



Munduruku; Cláudio Curuaia Cambuí, da Associação Indígena Nativa **Curuaia**, de Altamira; Juventino Pesirima Katxuyana, da Associação Indígena **Katxuyana, Tunayana e Kahyana**; Luis Wirika Waiwai, da Associação Indígena **Mapuera**; Claudinete Colé de Souza, da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – **ARQMO**; Gervásio dos Santos Oliveira, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo **ARIRAMBA (ACORQA)**. Heraldo Gemaque da Conceição, da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo **EREPECURU (ACORQE)**, Silvio Santos Rocha, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo **BOA VISTA TROMBETAS (ACORQAT)**, Aluizio Silvério dos Santos, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo **MÃE DOMINGAS**, a Senhora Elielma de Jesus Pires, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo **ALTO TROMBETAS II (ACORQAT)**; Rogério de Oliveira Pereira, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo **ÁREA TROMBETAS (ACORQAT)**; Antônio do Carmo, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo **ÁGUA FRIA (ACORQAF)** e, Ivanildo Carmo de Souza Comunidade Remanescente de Quilombo **CACHOEIRA PORTEIRA (AMOCREC)**.



Foto 4. Expositores do Painei 1 (2016).

Fonte: Juliana Pereira

O Senhor **Rozeninho Sawreck Munduruku, da Associação Indígena Pahyhy'p do Médio Tapajós do Povo Munduruku**, primeiramente, saudou aos presentes e, em seguida,



falou sobre a importância do evento. Disse que iria compartilhar as experiências do povo Munduruku, as lutas contra os empreendimentos do governo e aprender com as lutas dos povos indígenas de Oriximiná. Convidou todos a assistirem um vídeo que trata da organização dos indígenas Munduruku [vídeo não disponibilizado] e relatou que o governo federal não respeita os direitos dos povos indígenas. Disse que as formações que o povo Munduruku recebe também são compartilhadas com o povo ribeirinho, pois a luta fica mais forte quando todos se unem. Afirmou que os povos Munduruku possuem seus protocolos, costumes e modo de vida, podendo viver igualmente entre si, mas diferenciam-se em muitos aspectos. Disse que estão lutando pela titulação de seus territórios, mas o governo não quer, pois diz que essas áreas são importantes para a geração de energia elétrica. Alertou que sabem que, depois da hidrelétrica, vem a mineração. Também agradeceu ao MPF pela parceria para com os povos indígenas, destacando ser importante que todos possam conhecer a rede que trabalha na proteção dos povos tradicionais, pois não é fácil, mas é preciso conhecer. Disse ainda que quando a hidrelétrica chegar, coisas ruins virão para os povos. Revelou que os Munduruku tomaram a iniciativa própria de fazer a autodemarcação e criaram o protocolo Munduruku, destacando que a Força Nacional foi forçar o indígena a se retirar e que dessa forma não estão respeitando a Convenção 169.

O **senhor Cláudio Curuaia Cambuí** saudou os presentes e agradeceu à Defensora Andreia Barreto por dar oportunidade de compartilhar a experiência de Altamira. Disse que a união faz a força. Relatou que todos precisam se unir e que quando o presidente Lula foi à Altamira, algumas etnias assinaram a favor do empreendimento. Destacou que isso é muito perigoso e que é preciso ter visão. Revelou que sua região está tendo briga interna entre as lideranças e todos estão impactados com o empreendimento; que os impactos negativos já estão sendo sentidos por todos, no aumento da violência, prostituição e muitas outras coisas ruins. Disse que com a manifestação favorável de uma etnia ao empreendimento, as outras se dividiram. Com isso, o movimento enfraqueceu. Revelou que todo empreendimento em terra indígena não realiza a consulta ao índio e que é feito de qualquer jeito. Relatou que dentro de Oriximiná deve ter pessoas que estão a favor da construção das barragens e que por isso deveriam os quilombolas e indígenas se organizarem para não deixar o empreendimento se instalar. Alertou a todos para terem muito cuidado e para terem acesso ao IBAMA, que devia estar presente neste evento, mas não está. Revelou que governo utiliza todas as formas de forçar a retirada das instituições que fazem o trabalho com o indígena. Disse está indignado



com esse governo irresponsável que quer passar por cima dos direitos de todo mundo. Quanto à saúde, relatou que hoje as pessoas morrem e não conseguem fazer seu exame em Altamira. Disse que tiveram uma Conferência de Políticas indigenistas em Brasília e que a Presidente Dilma estava lá e não falou nada de barragem. Apresentou um documento feito entre a Norte Energia e FUNAI, para adquirir alguns bens que fossem usados para “calar a boca dos indígenas”, sendo que isso durou uns dois anos e depois não se falou mais nada. Concluiu dizendo que quanto se impede o andamento do processo, a União recorre e derruba a decisão imediatamente porque é de interesse público.

Com a palavra a **Defensora Pública Andreia Barreto** esclareceu que houve convite para o IBAMA (Brasília e Santarém), FUNAI (Brasília, Santarém e Amapá) e ITERPA, mas somente o INCRA Santarém justificou a ausência.

Em seguida, foi concedida a palavra a **ao indígena Juventino Pesirima Katxuyana**, que fez um paporana do deslocamento e retorno de seu povo ao seu território. Falou do objetivo da Associação Indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK). Disse que a associação representa três povos, distribuídos em oito aldeias: 03 aldeias Katxuyana: santidade, Warahatxa Youkkru e Chapéu no Rio Katxuru. No Rio Trombetas: 02 aldeias Tunayana, Anyaramã e Turuni. 01 aldeia Kahyana, Kaspakuru no Rio Trombetas e mais 02 aldeias Kahyana em fase de construção também no Rio Trombetas. Quanto ao território, disse que o relatório da TI Katxuyana Tunayana foi publicado em 20 de outubro de 2015, com uma superfície aproximada de 2.184.000 hectares, que abrange uma parte Rio Nhamundá. A estimativa de População até 2010 era de 580 indígenas em toda terra indígena Katxuyana Tunayana Kahyana. Disse, ainda, que o estado brasileiro no período da ditadura militar fez um pacto com as igrejas, católicas e as evangélicas, especificamente na década de 1970, momento em que os povos indígenas Katxuyana, Tunayana, Kahyana e outras etnias, foram levados contra sua vontade, abandonando seus territórios e sendo obrigados a se juntar e viver com outras etnias. Revelou que os Katxuyana foram levados para o Parque do Tumucumaque-PA (Tiriyos), Nhamunda-AM, (hixkaryana), os Tunayana e Kahyana foram levados para o Suriname (Tiriyo) e Guiana-inglesa, deixando assim seus territórios com um grande espaço vazio, para implantação de grandes empreendimentos na região da calha-norte como para a implantação da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira e pesquisa de minérios. Disse que no ano de 2000 começou o processo de retorno e a retomada de seu território tradicional, por conta



própria e sem apoio de órgãos competentes, sendo que hoje, sua luta gira em torno das hidrelétricas. E concluiu: “vamos dizer não à barragem e à mineração”.

O indígena Luís Wirika Waiwai disse que ficou muito atingido com a exposição do colega de Altamira [Cláudio Curuaia], e informou que faria uma apresentação sobre a localização de sua aldeia. Também afirmou que a questão de hidrelétrica é coisa muito séria e que era preciso reunir forças. Disse que vai procurar saber como unir nossas forças para não acontecer como aconteceu com eles [em Altamira]. Falou da região Calha Norte dizendo que devem procurar saber mais sobre o que é hidrelétrica e procurar outras instituições. E ai ver de que maneira podem reunir com outras lideranças para ver o que podem fazer. Revelou que procuraram a Defensoria Pública, na pessoa da Defensora Andreia Barreto, que muito lhes ajudou e agora estão aqui reunidos para ver o que devem fazer para defender seus direitos. Revelou que devem pensar qual será a sua problemática para o futuro e que acredita que pensamentos diferentes uns dos outros, mas deve sentar e colocar esses pensamentos para ver que forma podemos fazer. Já foi feito através do governo. Não está fácil. Se for construído será problemática para o indígena, assim como para os quilombolas, assim como para a população em geral. Disse que a construção de hidrelétrica é muito complicada e que não podem dizer para outra instituição que isso não é sua área, mas devem se unir para não acontecer como aconteceu em Altamira.

Após a apresentação do Senhor Luis Waiwai, a **Defensora Pública Pública Andreia Barreto**, explicou que em razão da hora, seria feito o intervalo para o almoço, com retorno as 14h:30min, iniciando com a apresentação dos representantes das associações quilombolas.

No retorno às 15h05, a **Defensora Pública Andreia Barreto** solicitou que a representante da ARQMO, Senhora Claudinete Colé de Souza iniciasse sua apresentação.

A **quilombola Cludinete Colé de Souza** falou sobre a fundação da ARQMO, em julho de 1989, que representa sete comunidades quilombolas do município de Oriximiná. Revelou que a ARQMO surgiu como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas, registrados a partir da década de 1970, quando se intensificaram as ocupações na região. Destacou que data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte (MRN), que ocupou parte de suas terras. Falou sobre a criação da Reserva Biológica do Trombetas, que impediu o acesso aos principais castanhais, e sobre a edificação pela Eletronorte de uma vila para a implantação da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas. Lembrou o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos



posseiros e disse que a criação da ARQMO foi motivada também pela necessidade de se fazer valer o direito à propriedade da terra, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Explicou que a ARQMO tem por objetivos lutar pela defesa e a titulação das terras de quilombo; promover e apoiar iniciativas visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades; defender e promover a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; incentivar as manifestações culturais dos quilombolas; combater todas as formas de preconceito, discriminação e racismo. Em seguida, disse que os quilombolas estão distribuídos atualmente em 36 comunidades rurais e têm uma população estimada de 1.200 famílias: “A população de cada comunidade varia bastante em tamanho. Algumas têm apenas uma dezena de famílias. Outras, uma centena”. Afirmou que os quilombolas de Oriximiná estão ligados por uma extensa rede de parentesco, que perpassa as diversas comunidades, isto é, são todos parentes. Os núcleos residenciais são habitualmente constituídos por irmãos, suas esposas e seus filhos. O mais comum é que a mulher, ao se casar, se mude para a comunidade do marido. E revelou que não são diferentes dos parentes indígenas. Revelou que acreditavam que o processo de Cachoeira Porteira estava parado, mas que o governo lhes deu uma rasteira, questionando: “O que vai sobrar pra nós?”. Disse que está há 35 anos bebendo água do rio e nunca teve uma dor de barriga; comendo peixe e desfrutando da natureza. Pediu socorro para as autoridades e disse que há uma forte pressão sobre os territórios quilombolas, que são os interesses minerários.

O **quilombola Gervásio dos Santos Oliveira (T. Q Ariramba)** saudou todos e agradeceu a Deus pelo belo dia e agradeceu aos membros da mesa. Disse que a prioridade é a titulação e que estão há 12 anos lutando pela titulação de suas terras, mas até hoje só estão “sofrendo rasteira”. Relatou os vários impactos ambientais que sua comunidade sofre com o desmatamento, relevando:

Digo uma coisa. Assim nosso território é dividido pela estrada do BEC, mas o governo não nos considera Ariramba como terra quilombolas e nem vai considerar porque 75% das terras tem de produção de minérios, então, o governo não tem interesse. Estamos vivendo cada vez uma vida complicada. Estamos pedindo socorro.

O **quilombola Heraldo Gemaque da Conceição (T. Q Erepecuru)** falou que sua Associação tem 12 comunidades e que hoje compartilha com indígenas, quilombolas, ribeirinho e o povo. Disse que receberam no ano de 2000 o título do Governo Federal e ainda



cantaram uma música “daqui não saio daqui ninguém me tirar”. Entretanto, revelou que a luta sobre sua área está sendo feito estudos sobre hidrelétrica e minérios. Falou sobre o pico na estrada do BEC e que “se Deus nos livre sair a hidrelétrica nós vamos sofrer”. Relatou que se a estrada do BEC chegar até em Manaus: “imagina o que não vai chegar pra nós?” Disse que tudo o que o colega de Altamira falo estão preocupados: “Eles vêm fazem a pesquisa e nós não sabemos”. Também revelou que estão preocupados com tudo isso e que hoje estão aqui convidados para que juntos tenham uma vitória. Desabafou pedindo para que o governo de Oriximiná lhes ajude, pois este era o apelo a todos.

O Padre Thomaz agradeceu ao senhor Heraldo e passou a palavra ao **quilombola Silvio Santos Rocha (T. O Boa Vista Trombetas)**, que agradeceu a todos e disse que esta luta não é só de um povo, mas de todo o povo oriximinaense. Afirmou que o que defendem quando tem um encontro como este é a raça humana e o meio ambiente. Revelou que para o poder econômico o que interessa é o dinheiro; a vida pouco importa, pois não fazem a menor distinção de quem vai perder a vida, já que o interesse é na riqueza. Disse que ninguém é contra os grandes projetos, mas defendem a vida e que a comunidade toda será afetada. Disse que têm o direito de ir e vir na Constituição Federal, mas quem tem o dinheiro manda. Pediu para todas as autoridades presente defenderem a vida. Questionou: “pra quê expulsar pessoas de sua casa, de sua comunidade?” Contou que nasceu em uma região cercada por duas reservas. Falou que ninguém é contra a economia do país, mas que tem a consciência até onde o ser humano é capaz de chegar. Relatou que vez por outra foi citado o exemplo de Altamira, sobre os problemas sociais que hoje enfrentam e que estão aqui para tomar uma decisão; e que a lei seja cumprida de maneira correta.

O **quilombola Aluizio Silvério dos Santos, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Mãe Domingas**, relatou que não tem muito a falar, mas deseja contribuir e denunciar que a empresa Mineração Rio do Norte está brigando com os quilombolas e realizando uma divisão entre os quilombolas.

Não temos força. Mas unidos temos. A caneta do governo não é essa aqui porque dá força para MRN, ICMBio, mas não escreve para nós quilombolas. Estou com 67 anos e minha canoa vive no ICMBio. Nós saímos de nossa casa e vamos pro nosso roçado. Eu vou fazer uma denúncia que todos os que estão com isto aqui gravado jogue para todo o mundo. Nenhum vereador veste a nossa camisa. Aposto que venha aqui um vereador nos defender. Esse é um recado que eu quero deixar. Sou articulador dessa área [Mãe Domingas] e venho fazer um apelo: nos ajude que seja



demarcado a nossa terra. A gente vê os estudos que eles fazem sobre a hidrelétrica, mas não vemos nada em relação à titulação das terras quilombolas. Se um negro vem pra cidade, não se acostuma aqui. Eu vou logo pra minha comunidade nem gosto de estar aqui. Peço que tenham respeito por nós negros, porque somos seres humanos. Daqui pra frente vamos buscar todos os índios parceiros de luta e vamos até Brasília se for o caso.

O Padre Thomas agradeceu ao Senhor Aloisio e convidou a **quilombola Elielma de Jesus Pires, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Alto Trombetas II** a fazer uso da palavra. Ela fez sua saudação à mesa em nome da Defensora Pública Andreia Barreto e à plateia em nome de todas as comunidades quilombolas. Relatou que é secretária de sua entidade e que moram em suas terras e sabem que com a implantação de hidrelétrica vai trazer muitos prejuízos. Disse que ia se aprofundar na titulação de terra, que se arrasta há dez anos. **Pedi ajuda para levar esse recado para as autoridades, que titulem suas terras.** Acredita que não precisam de energia, pois tem um linhão aqui perto. Relatou que tudo depende de nossa união e que unidos conseguirão desfazer o que querem fazer com seus territórios. Revelou que o governo se justifica em relação ao processo de titulação e que de 2012 a 2014 o processo sofreu algumas alterações, unificando as áreas, ficando somente um território. Disse que percebeu que unidos ficariam mais fortes. Contou que a partir da unificação dos territórios, o INCRA fez os trabalhos de visitas e demarcação das terras. Sentiu que o processo andou. Em 2015, 10 de setembro, estiveram em Santarém cobrando a apresentação dos estudos de seu mapa, que estavam faltando. Em 2016, no segundo semestre o INCRA irá até nossa área para fazer o RTID. Por fim, disse que quando a MRN se implantou, afetando algumas comunidades, as pessoas que moravam na região não tinham conhecimento de seus direitos e nem organização, mas atualmente, estão organizados e são mais fortes para que essa hidrelétrica não saia.

Após a exposição da Senhora Elielma, foi a vez do **quilombola Rogério de Oliveira Pereira, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Área Trombetas.** Ele iniciou sua apresentação dizendo que quando falam nos grandes projetos, devem olhar para o município de Oriximiná e para as florestas que nos cercam. Todos os empreendimentos, áreas de conservação e preservação, que foram criados nessas áreas, não fizeram estudos. Que não tiveram a garantia de serem os donos da terra. Disse que o governo ao criar essas áreas [Unidade de Conservação], não consultou a quantidade de pessoas que moravam nelas, impedindo as pessoas que lá moravam de ter livre acesso a atividades que fazem parte de sua vida. Exemplo disso seria a questão da caça. Disse que três coisas lhe



chamam atenção nesses projetos: na Área Trombetas, quando chegam com as conversas, é que já tem que fazer, não tem nenhuma informação antes, “a não ser a doutora que nos repassa algumas informações”. Disse também que o tal desenvolvimento não permite viver como foram acostumados e que o governo passa por cima de todos e não respeita nada. Os projetos não trazem melhoria de vida e que é só enganação. Na questão de hidrelétricas, disse que estão bem abaixo de onde vão ficar as hidrelétricas e questionou a questão da saúde, revelando que os problemas são diferentes, tanto para quem mora acima da hidrelétrica, quanto quem mora abaixo. E concluiu: “esses projetos só trazem enganação para nós”.

O **quilombola Antônio do Carmo, da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Água Fria** relatou que seu território é demarcado e titulado. Disse que sua terra é uma das menores áreas, com apenas 550 hectares e que ainda não tem problemas dentro dessa área. Revelou que somente agora estão tendo problema de ameaça sobre mineradora e, recentemente, já se tem notícias sobre pesquisas de hidrelétricas. Falou que reuniu com a comunidade e perguntou sobre a hidrelétrica, tendo todos dito serem contra a construção, pois já tem o exemplo de linhão que passa por cima da comunidade Xiriri e que esta comunidade não se beneficia da energia. Só a cidade é beneficiada. Disse aos companheiros que estão na luta pela titulação de sua área que não desistam. Citou o exemplo da ARQMO que lutou com muita dificuldade, enfrentou muitos desafios, mas chegou a muitas vitórias. Disse ainda que se não desistirem da luta: “chegarão à vitória. Enfrentamos essa batalha e chegamos na vitória. Espero que todos os meus companheiros sintam o gosto dessa vitória”.

O **quilombola Ivanildo Carmo de Souza, representante da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Cachoeira Porteira** saudou todos da mesa em nome da Defensora Pública Andreia Barreto e falou que já ouviu as lamentações dos companheiros que usaram da palavra anteriormente e pensa que já daria para resolver a situação desse empreendimento. Agradeceu a Defensora Andreia pelo apoio dado a todas comunidades quilombolas de Oriximiná e disse que Cachoeira Porteira é o último quilombo do Rio Trombetas e que a associação desse território [AMOCREC] requer a titulação. Revelou que sabem que esses empreendimentos ocupam a margem dos rios; vê a grande dificuldade que sua comunidade irá enfrentar. Defendeu que eles, em momento algum, irão aceitar essa “barbaridade” e a divisão de sua comunidade. Lembrou sobre que o companheiro que vivenciou o momento da construção da hidrelétrica de Belo Monte, onde muitas pessoas aceitaram alguns bens para ser a favor da construção de Belo Monte e hoje em dia não tem



nada e ainda foram expulsos de suas terras. Relatou que existem inúmeros desvios de recursos que chegaram à situação de que o País está em crise, como diz a Presidente. Para resolver isso, é proposto construir hidrelétricas na Calha Norte para resolver a situação. Lamentou a situação de Cachoeira Porteira e concluiu: “faço um apelo a todos, que nos ajudem. Muitas doenças virão. Então se quisermos evitar que isso chegue a nossas comunidades, essa é a hora de nos unirmos e lutarmos por aquilo que é nosso”.

Finalizando os trabalhos do Painel 1, a **Defensora Pública Andreia Barreto** agradeceu a todos da mesa e disse que acredita que conseguiram fazer suas denúncias e relatarem suas experiências, que constarão no relatório.

5. PAINEL 2 – CONFLITO E GARANTIA DE DIREITOS

Iniciando o Painel 2, a **Defensora Andreia Barreto** convidou os expositores a comporem a mesa, apresentando a temática que irão abordar: **Marcos Vieira** (DPE/Santarém), com o tema “UHE São Luiz do Tapajós e conflitos possessórios agrários; **Ione Missaé Nakamura** (MPE/Santarém), com a temática “Hidrelétrica de Cachoeira Porteira no cenário dos conflitos agrários no Pará”; **Fabiana Keylla Schaneider** (MPF/Santarém), com o tema “Hidrelétrica de Cachoeira Porteira e a consulta livre, prévia e informada aos indígenas e quilombolas”; **Rogério Siqueira** (DPE/Marabá), com a abordagem sobre a “Defesa dos atingidos por mineração na Região Agrária de Marabá/PA” e; **Lilian Regina Furtado** (MPE/Santarém), para tratar dos “Impactos socioambientais da Mineração em Juruti Velho/PA”.



Foto 5. Expositores do Paine 2 (2016).

Fonte: Juliana Pereira

Após a composição da mesa, a **Defensora Pública Andreia Barreto** explicou que cada expositor terá 15 minutos para fazer sua apresentação. Após, seria feita a tradução para os povos indígenas.

Concedida a palavra ao **Defensor Público Marcos Antônio do Santos Vieira**, este inicialmente saudou aos presentes, apresentando-se como defensor público estadual, na titularidade da cidade de Monte Alegre e atuando também na Vara Agrária do Baixo Amazonas. Disse que atualmente, como defensor agrário, infelizmente tem trabalhado mais como defensor criminal do que como defensor agrário. Ressaltou esperar que a situação melhore com o tempo, destacando que em alguns casos fica difícil o atendimento aos conflitos agrários devidos ao número de audiências criminais. Afirmou, ainda, que a Defensora Andreia Barreto vem com mais frequência ao município, com presença nas comunidades, e que há um conflito agrário na estrada do BEC, mas não teve como atendê-lo. No que tange ao tema sobre hidrelétricas, disse que são cinco que serão construídas, sendo São Luiz do Tapajós a maior de todas, com cerca de 60% do potencial das cinco usinas juntas. Disse que, infelizmente, as hidrelétricas vão sair independente do governo que se tenha. Revelou que conseguiu acompanhar na cidade de Itaituba algumas demandas e já se observa os impactos que a população, já está sofrendo, nas questões de infraestruturas, saúde, moradia, criação de bairros. Citou um exemplo de um bairro em Itaituba, que depois de pessoas estarem morando,



o suposto dono, depois de 30 anos, passou a cobrar das pessoas o pagamento dos terrenos. Relatou que esta situação requer uma série de medidas para resolver todas essas questões e que algumas questões de encaminhamentos estão fazendo com que o processo esteja demorando a acontecer, como, por exemplo, a não consulta prévia dos povos indígenas. Mas disse que o grande fator de atraso na construção dessas usinas é a crise econômica. Disse que a Defensoria vai acompanhar de perto, apesar da grande demanda que recai sobre a Defensoria e ressaltou que populações de algumas cidades estão ansiosas pela construção das barragens por causa dos empregos. Mas esses empregos são efêmeros, o que fica depois são problemas sociais que desencadearão inúmeras consequências que dificultarão a vida das populações. Em sua conclusão, o Defensor Marco Vieira disse que espera que as demais hidrelétricas que estão sendo pensadas, não aconteça o que aconteceu com Altamira, para que mais problemas sejam evitados.

Dada a palavra à **Promotora de Justiça Ione Missaé Nakamura**, ela saudou os presentes e disse que é preciso entrar em uma sintonia sobre as questões que envolvem a hidrelétrica de Cachoeira Porteira e conflitos agrários. Fez a apresentação de um mapa que mostra como está dividido o território da região, dizendo que o governo federal criou um projeto energético, que prevê a construção de quinze hidrelétricas, onde está incluída a de Cachoeira Porteira. Ressaltou que em Cachoeira Porteira, tem uma discussão sobre o território de uso da comunidade. Revelou que nesse território, existem os povos quilombolas e povos indígenas que estão requerendo a posse de suas terras, bem como que nessa área tem duas unidades de conservação. Disse que hoje se apresenta uma situação não tão nova, que é a construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, projeto este pensado desde a ditadura militar. Revelou que existem trinta e quatro projetos energéticos para a região e que gostaria de fazer um debate sobre esses empreendimentos. Questionou a quem interessa essas hidrelétricas, se ao governo, às empresas, ao comércio, grandes centros urbanos ou às populações locais. Relatou que para essas populações dever-se-ia pensar em algumas situações de produção de energia que causassem pouco impacto ambiental. Também questionou por que não é esse o projeto do governo federal hidrelétrica é a única alternativa. Disse que quando o governo pensa nesses projetos, ele nem sabe se tem pessoas morando nessas áreas. Disse que ia dar um exemplo da idade média e por isso questionou se ouviram em falar em moinho. Falou que poderiam pensar em placa solar e se perguntar se há outra alternativa de geração de energia. Disse que quando o governo faz esses projetos eles nem



pensam que existe alguém aqui; que olham em um mapa e só veem minérios e outros recursos. É por isso que precisam se unir e ficarem atentos. Disse que se uma pessoa sozinha falar ninguém vai ouvir, mas se estiverem unidos irão ouvir. Quanto à área da bacia do Trombeta, revelou que tem muitas riquezas materiais e imateriais, como a cultura, memória e floresta. Revelou que é preciso dizer que os quilombolas e indígenas existem e que tem gente morando nessas terras, nessa região. Disse que é preciso união e todos fiquem atentos ao projeto do governo e questionar essas coisas. Relatou que para construir uma hidrelétrica se gasta muito dinheiro e que esse projeto viabiliza o poder econômico, gera grande impacto ambiental. Contou que se tem outras hidrelétricas que já foram instaladas no passado, a exemplo da hidrelétrica de Malvina. Esse tipo de projeto não visualiza os povos existentes, mas sim a questão financeira. Na região, revelou que o rio seis meses está cheio e seis meses está seco e que, construindo a barragem, não se sabe o que vai acontecer. Para concluir, relatou que alguns impactos que poderão acontecer: prostituição, falta de políticas públicas. Para evitar isso, é preciso se organizar com estratégias, articulação, para lutar pelos direitos de titulação dos territórios. E concluiu: “Só se consegue com a união de todos. O que fazer? Será que vamos ficar de braços cruzados? Eu não acredito nisso, vamos nos unir. Vocês têm muitos direitos, mas ninguém vem aqui atrás de vocês”, concluiu a promotora de justiça.

A **Procuradora da República, Fabiana Keylla Schaneider** realizou sua saudação aos presentes e disse que sua conversa seria a respeito do projeto de hidrelétrica de Cachoeira Porteira e sobre a convenção 169, que trata da consulta prévia a respeito desses empreendimentos. Disse que assim como Tapajós ainda é só um projeto e que devemos acreditar que os povos tradicionais tenham seus direitos garantidos. Revelou que no ano de 2014, tiveram a notícia do projeto de Cachoeira Porteira e no mesmo ano foi entregue um documento pedindo sua suspensão, pois não obedeceu a um critério básico, que é o de consulta prévia. Oficialmente o projeto continua parado, não se tendo nenhuma informação de qualquer processo de continuidade. Disse que pessoas que já viveram e estão vivendo essas questões, já deram aqui suas declarações de tudo que um empreendimento desse porte traz para a região onde é instalado. Após mostrar um vídeo sobre barragem, disponível em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=PJ-aElBBnI8, a procuradora relatou que nas áreas que são alagadas, as famílias são deslocadas para outras regiões, muitas vezes longe de seus familiares. E questionou: “o que as empresas oferecem? Mercadorias”. Disse que essas empresas oferecem produtos industrializados, que causarão inúmeros



problemas, haja vista que irão alterar o modo de vida dos povos tradicionais, pois não irão mais dispor de tudo aquilo que foram acostumados a ter livre acesso. Revelou que tudo aquilo é próprio dos povos tradicionais é trocado por alguns bens, questionando se isso vale a pena. Relatou, ainda, “que ninguém pode entrar na casa de vocês [quilombolas e indígenas] sem pedir permissão”. Por isso, a consulta deve ser livre, sem nenhum tipo de pressão. Falou que é preciso ter clareza de todas as consequências do empreendimento, devendo a consulta ser informada previamente e em linguagem que propicie entendimento do que realmente é o projeto. Destacou que muitas informações devem ser obtidas e repassadas às pessoas para que todos tenham acesso a essas informações e que a consulta deve mostrar qual caminho deve seguir, sendo um direito que os povos tradicionais têm para a defesa dos direitos de seus territórios.

Após a exposição da procuradora da república, **a Senhora Raimunda, quilombola do Alto Trombetas 1, coordenadora da comunidade, entregou um documento com 210 assinaturas à representante do Ministério Público Federal de Santarém**, denunciando a violação do direito de consulta pela empresa Mineração Rio do Norte. Documento no anexo deste relatório.

Com a palavra, **o Defensor Agrário de Marabá, Rogério Siqueira** saudou aos presentes e falou que na região de Marabá os projetos de mineração estão gerando constantes conflitos, pois esses projetos querem sucumbir às comunidades, principalmente na extração de areia. Outro problema existente é a estação de ferro, que passa por inúmeras comunidades tradicionais, prejudicando-as. Revelou que seu trabalho é de garantir o direito das comunidades e, em últimos casos, conseguir indenizações altíssimas para as famílias. Alertou que a comunidade tem que se manter unida, pois só assim se conseguirá êxito. Disse que algumas lideranças procuram provocar um conflito interno, mas que isso tem que ser evitado. Falou que são várias etnias e que elas devem se unir e não se separar. Relatou que a convenção 169, já existe há muito tempo e, com isso, pode dizer o que desejam são as próprias comunidades que tem esse poder de decisão. Revelou que ainda hoje existem comunidades com territórios não titulados, porém, a Constituição de 88 diz que em cinco anos as comunidades quilombolas deveriam ser tituladas, mas não foi isso que aconteceu. Disse que deve ser respeitada a vontade da comunidade. Esta por sua vez não devem tomar decisões isoladas. É preciso procurar ajuda para que possa haver um entendimento claro das consequências de uma tomada de decisão e disse para não acreditarem em promessas.



Concluiu para lutarem sempre pela permanência em seus territórios e para trazer para as autoridades os problemas das comunidades e provocar um debate sobre como resolver essas questões. Ao final de sua exposição, o Defensor Público Rogério Siqueira agradeceu a oportunidade e colocou sua instituição à disposição de todos para os debates e parcerias que busquem melhorar a qualidade de vida das comunidades, finalizou afirmando que “a nossa função aqui é na defesa da história de vocês que já está sendo esquecida”.

A **Promotora de Justiça Lilian Regina Furtado (MPE/Santarém)** apresentou-se dizendo que trabalha com questões de saúde e educação em Santarém. Disse que veio falar um pouco de sua experiência em Juruti, que tem um projeto minerário de bauxita, que interferiu na vida dos povos tradicionais. Entretanto, antes, deixou claro sua descendência negra, lendo em seguida um poema de São Benedito. Após, disse que “pela manhã percebemos os problemas que estão afetando vocês. Queremos dizer que estamos aqui para ajudar vocês na decisão de vocês”. Em seguida, passou a falar sobre a destinação fundiária para populações locais tradicionais. Explicou a situação de Juruti e suas referências no cenário de mineração no Pará. Falou que as comunidades tradicionais do em torno do Lago Grande de Juruti Velho [município de Juruti, estado do Pará], reivindicavam há muito tempo a regularização fundiária de suas áreas junto ao INCRA: “Em 2005, fruto de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o MPE e MPF, o INCRA criou, a Gleba Juruti Velho, o Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho, com uma área de 109.551 hectares”. Quanto à mineração, a Promotora de Justiça relatou que na década de 70, na região do Baixo-Amazonas, onde está inserido o município de Juruti, uma série de pesquisas minerárias foram iniciadas pela empresa norte-americana Reynolds Metals. Disse que a empresa ALCOA chegou ao município de Juruti, por meio da OMNIA Minérios Ltda., como sucessora da Reynolds Metals, Intensificou-se essa presença em 2001, com novas autorizações de pesquisa sobre o potencial das jazidas de bauxita, emitidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Com as três concessões para a ALCOA lavrar minério de alumínio no município de Juruti em 2006, a superintendência regional do INCRA/Santarém levantou que a área total concedida para lavra é de 21.640 hectares, sendo que, deste quantitativo, 17.656 hectares pertencem à gleba Juruti Velho e estão inseridos no PAE Juruti Velho.

Finalizando as apresentações do Paine 2, o **Padre Thomaz Gwiazda** agradeceu a presença de todos, dizendo que deu para ver que “todos estão falando a mesma língua”. Disse ainda que a luta de resistência é o que vai marcar a história, pois: “precisamos de união, pois a



desunião abrirá portas para aqueles que não pensam no bem comum”. Agradeceu aos componentes da mesa, dizendo que “sempre é bom colocar a realidade para as pessoas, isso não é um processo fácil, mas devemos estar prontos para ajudar no discernimento”. E concluiu: “a Diocese de Óbidos, assim com a Paróquia de Oriximiná estarão sempre à disposição para facilitar e participar desses espaços de debates”.

- **ESPAÇO PARA AS PERGUNTAS DO PAINEL 2**

Em seguida, a **Defensora Pública Andreia Barreto** abriu espaços para as perguntas e ressaltou que estas devem ser objetivas e terão tempo controlado.

Iniciando com o **quilombola Hugo, da comunidade Jauari (T. Q Erepecuru)** perguntou: “Quem é que coloca as regras para que se realize a consulta prévia? Qual é o direito do quilombola e o direito do indígena?”. **Resposta da Procuradora da República Fabiana Scheider:** A consulta é um direito que já é garantido na convenção 169, sendo definida a partir de um protocolo de consulta construído pela comunidade. Esta deve buscar ajuda no sentido de auxiliar na construção deste documento. O direito do quilombola e do indígena é pela garantia de titulação definitiva de seus territórios. O objetivo da consulta é observar todos os lados, observando cada situação individualmente. Consulta não é briga, mas sim entender os riscos e vantagens de um empreendimento. É pensar no que a comunidade quer ou deseja para seu futuro. O território quilombola é propriedade particular. A titulação quilombola é coletiva.

A **indígena Ângela Katxuyana** questionou: “Qual a posição do governo do Estado em relação à Cachoeira Porteira?” **Resposta da Promotora Ione Nakamura:** Não é possível falar em nome do governo quanto a esta situação. A energia gerada por essas hidrelétricas não fica para as populações locais.

O Quilombola Daniel, da comunidade Jauari (T.Q Erepecuru) questionou: “O que está acontecendo hoje em Juruti? Quais os conflitos? Quais as compensações do Projeto?” **Resposta da Promotora Lilian Braga:** “Há compensações sim. O direito de lavra. A ACORJUVE é quem recebe a compensação. Transformaram algumas situações na chamada agenda positiva, o que não substitui aquilo que é retirado. As compensações colocadas não estão relacionadas ao que é retirado da área, levando a situações que produtos da agricultura familiar são trazidos de outros municípios por não se ter onde produzir”.



O **Senhor Ildes, do Movimento em Defesa de Oriximiná (MDO)** questionou sobre O papel dos órgãos licenciadores nos processos mineradores e hidrelétricos. **Resposta da Promotora de Justiça Lilian Braga:** “Temos grandes dificuldades com os órgãos licenciadores, pois eles concedem os licenciamentos, mas não tem estruturas para fazer a averiguação e fiscalização dos empreendimentos”.

O **quilombola Manoel Oliveira (Erepecuru)** falou a respeito do direito das futuras gerações e das pesquisas que estão sendo feitas, onde não há respeito para com os quilombolas e indígenas.

O **quilombola Silvio, da Comunidade Boa Vista perguntou:** “Com esse assédio das empresas sobre as terras quilombolas, não se caracteriza crime?” **RESPOSTA - Procuradora. Fabiana:** se existe a venda de terras em áreas quilombolas, é irregular essa prática. Portanto, o território perde a característica de terra coletiva.

O **Cacique Geral do povo Waiwai, senhor Elizeu,** falou em português: “o governo tem direito de fazer projetos nas terras indígenas, mas os indígenas não têm direito de defender. A terra é da União, por isso o governo diz que é dono? **RESPOSTA da Promotora Ione:** o governo só pode fazer qualquer coisa em terra indígena se fizer uma consulta, porque nossas leis garantem a proteção dos povos indígenas. O governo deve ter respeito com os povos tradicionais. **A Defensora Pública Andréia Barreto** explicou que a terra não é da União, e sim dos povos indígenas, portanto, quem decide são dos os povos indígenas. Lembrou que desde a Constituição de 1967 há esta previsão de ser a União, mas isto surgiu para proteger os povos indígenas, contudo, não é isso o que acontece.

O **indígena Juventino, katxuyana** solicitou que o IBAMA, a FUNAI, o INCRA sejam convidados para um próximo encontro, haja vista são órgãos de concedem licenciamento. Falou sobre a possível criação de um escritório para atender as populações de Oriximiná. “Qual a proposta do escritório?”, questionou. Se as populações tradicionais disserem não à mineração e à hidrelétrica, qual será a reação do estado brasileiro? **RESPOSTA – Promotora de Justiça Lilian Braga,** quanto ao escritório na cidade, falou que “a UFOPA, tem um projeto de assessoria jurídica para comunidades tradicionais. **A procuradora Fabiana respondeu:** “Se a população for remanejada, ela perde completamente os direitos sobre a terra”. Por isso é importante a resistência. **A Promotora de Justiça Ione** disse que se as populações disserem não, o governo precisa ouvir a decisão e levar em consideração as decisões das populações tradicionais, por isso, a importância da resistência. **A**

Defensora Andreia Barreto ressaltou que todas as instituições com competências para essa região de Oriximiná foram convidadas para o evento, se não estão é porque não tem interesse na questão. O INCRA e o ITERPA não estão por falta de recurso financeiro para custeio das despesas da viagem.

ENCERRAMENTO DOS PAINÉIS E APRESENTAÇÕES CULTURAIS– Os painéis 1 e 2 encerraram às 20h40 minutos, no dia 26 de janeiro de 2016. Após o jantar, iniciaram-se as apresentações culturais, com música e danças quilombolas e indígenas.



Foto 6. Dança Quilombola (2016).
Fonte: Mauro Ribeiro.



Foto 7. Dança Indígena – Katsuyana (2016).
Fonte: Mauro Ribeiro.

6. PAINEL 3 – ESTUDOS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

No dia 27 de janeiro, o encontro teve início às 9h07minutos. **A Defensora Pública Andreia Barreto** explicou a dinâmica das apresentações do painel 3. Após, **a tradutora Ângela Kaxyana** informou que no dia de hoje a tradução aconteceria somente no dialeto waiwai, pois os Katsuyanas presentes entendiam waiwai. Em seguida, a Defensora Pública Andreia Barreto deu boa vinda a todos, fazendo o registro da presença do prefeito de Oriximiná. Após, realizou a composição da mesa do Painel. O **Padre Tomaz Gwiazda** convidou os expositores deste painel a comporem a mesa: a **Antropóloga Luciana Carvalho (UFOPA)**; **Padre Patrício Bernnan (CIMI/Altamira)** e **Josielson Santos (CPT/Óbidos)**. Após as exposições, também foi convidado a compor a mesa o **Bispo de Óbidos, Dom Bernardo Johannes Bahlmann**.



Foto 8. Expositores do Painel 3 e Bispo de Óbidos/PA (2016).
Fonte: Juliana Pereira.

A **antropóloga Luciana Carvalho - UFOPA**, inicialmente falou do prazer de estar perto do mais famoso de padre de Oriximiná, o Padre Patrício. Também elogiou a iniciativa da Defensoria e da Diocese em realizar o evento e de traduzi-lo para os povos indígenas. Sobre o tema processo de licenciamento disse que se trata de tema delicado, que apresenta processo submetido à questão sociais, que coloca em jogo a vida de muitas pessoas. Relatou que no ponto de vista do pesquisado é delicado, pois as pessoas pensam que o pesquisador não tem outro interesse a não ser a pesquisa. Disse que as pessoas em sua comunidade veem os pesquisadores com a expectativa de quem vai dizer de quem é a terra. Revelou que não tem a competência de dizer de quem é o território. Explicou o que pesquisadores em antropologia devem e não devemos fazer, mas preciso, antes, conceituar o que é pesquisa. Em seguida, a antropóloga explicou como acontece uma pesquisa, revelando que “a comunidade quer descobrir algo, por exemplo, sobre seu padroeiro; vão de casa em casa fazendo perguntas”. O tipo de pesquisa que falou é caracterizada por teoria e métodos de pesquisa tidos como método científico. Fez referência ao início da disciplina da antropologia no século XIX. Explicou sobre as ciências exatas, sociais, naturais etc.: “as pessoas têm sentimentos, instinto, (...), então não podemos definir uma ciência comparando com a outra ciência. Essas pesquisas a gente não controla em laboratório. Nunca as pesquisas serão iguais”. Também relatou que a



antropologia tem uma associação e que o licenciamento ele é um processo político que lida com questões de justiça e as pessoas, e tenso, dividi, perturba. Disse que o Licenciamento Ambiental não é um processo científico, porém, está incluso em meio a muitos outros processos. As perguntas da pesquisa devem ser feitas para subsidiar as etapas e as necessidades de se obter respostas. Quanto ao tempo da pesquisa, disse que muitos tentam antecipar as respostas, mas isso coloca muitos desafios para quem está aplicando a pesquisa. Falou que o pesquisador é uma pessoa que pode mudar de ideia. Porém, ele corre o risco de “tendenciar” se ele já estiver como uma ideia formada. Isso requer muito cuidado, requer aproximação, observação e ouvir toda a situação. Revelou que as dificuldades de divisão dentro das comunidades têm que ser superadas em vista de que não se pode colocar em risco o processo da pesquisa.

Em seguida, **o Padre Patrício Bernnan** deu bom dia a todos e ao Bispo da Diocese de Óbidos. Falou ainda de sua paixão pelo povo quilombola e da habilidade deste povo de transformar em música as lutas dos povos tradicionais, exemplificando o compositor Mimi Viana; e pelos povos indígenas relatando um pouco de sua história entre esses povos. Iniciou falando sobre a situação de Altamira. Lembrou sobre o que foi falado no dia de ontem pelo indígena Claudio Curuaia. Disse que em sua opinião o depoimento de Claudio assustou a plenária. Afirmou que em Belo Monte tinha pessoas a favor e contra, mas que agora os que estavam a favor estão arrependidos, devido estarem sofrendo as consequências que o empreendimento trouxe para a região. E até fizeram uma manifestação por causa dos problemas sociais. Revelou que em Altamira as dificuldades são visíveis, principalmente nas questões de infraestrutura, saúde, deficiência na rede de proteção da criança e do adolescente. Ressaltou que na região ninguém estava preparado para receber o empreendimento. Entre outras coisas que são condicionantes, é de interesse dos povos indígenas que compõe nove etnias a demarcação definitiva de suas terras. Tais condicionantes deveriam ser cumpridas até o ano de 2010, mas não aconteceu. A licença de instalação foi concedida sem a efetivação das condicionantes. Outra condicionante era a implantação de posto de fiscalização, mas também não foi efetivado, mesmo assim, foi solicitada a licença de operação. A presidente do IBAMA, disse aos povos: “você tem a minha palavra que todas as condicionantes serão cumpridas 100%”. Dias depois ela assinou a licença. Até o momento nenhuma das situações de condicionantes foram cumpridas em sua totalidade. Com isso, alguns outros problemas estão acontecendo, como por exemplo, a exploração ilegal de madeira dentro das áreas



indígenas. Depois de denúncias, algumas atitudes foram tomadas para inibir a situação, contudo, os madeireiros retornaram novamente e fizeram ameaças aos moradores da região para não fazer denúncias, caso contrário, seriam mortos. Todas essas situações já foram denunciadas aos órgãos competentes, porém nenhuma atitude firme e eficaz foi tomada em benefício das populações da região, revelou o Padre Patrício. Disse que há o acesso aos órgãos públicos, porém, para os povos que moram distantes dos centros urbanos não tem condições de estarem sempre nos órgãos para fazerem suas denúncias e lutarem por seus direitos. Devido à situação dos povos, os procuradores da república disseram que o que está acontecendo em Altamira é um etnocídio, isto é, o extermínio de etnias, suas culturas estão sendo destruídas. Com isso, o juiz federal decretou a paralização de Belo Monte, devido ao não cumprimento das condicionantes previstas. A decisão foi suspensa com a alegação de interesse nacional. Em relação à região da “Volta Grande do Xingu”, quando fecharam a barragem, o rio ficou sujo e impróprio para qualquer tipo de atividade. Foram cavados poços, mas a água não é boa para consumo humano. Então, o povo continua sofrendo com as situações devastadoras que vem acontecendo. Finalizando sua exposição, o Padre Patrício agradeceu a todos.

Dada a palavra ao Senhor **Josielson Santos da Costa, da CPT/Óbidos**, ele inicialmente cumprimentou todos com um bom dia e afirmou que aproveitaram a noite cultural. Disse que lhe deram o tema “Movimentos Sociais e seus desafios” e que em poucas palavras falaria sobre os movimentos em todo o Brasil e depois chegaria a Oriximiná. Revelou que o dia de hoje nos convida a refletir sobre os movimentos sociais existentes em Oriximiná e que seria conversado sobre o panorama dos movimentos sociais, no Brasil, no Pará e em Oriximiná. Falou que, recentemente foi promovido um movimento pela CUT, mas não houve nenhuma nota em relação a PEC 215. Porém, a CUT é para ser a articuladora e defensora dos direitos dos trabalhadores. Relatou que um medo colocado em nossa cabeça é quando chegam esses empreendimentos, quando se promovem a cooptação de lideranças, dizendo que a obra é de interesse nacional. Essas palavras são discriminatórias, pois aqui também existe interesse nacional, uma vez que somos brasileiros. Disse que o momento não é para discurso, mas sim para refletir, quais as consequências que esses empreendimentos para nossa região. Assim, questionou sobre onde estão os outros movimentos. Perguntou o que o movimento urbano está fazendo e afirmou que é necessário se ter essas compreensões e valorizar um elemento que é nosso, a nossa castanha. Falou que as organizações das



comunidades tradicionais estão organizadas para o extrativismo e suas lutas. Mas destacou que era preciso parar e conversar sobre todas essas situações que envolvem as discussões de como se deve preparar para o enfrentamento dos elementos que estão sendo propostos. Afirmou que é preciso trabalhar o princípio da participação, onde se possa usar os mecanismos de controle e efetivação das políticas públicas, para que se possa superar esses desafios. Defendeu que é preciso articular melhor, buscar parceiros, buscar metodologias que possam favorecer o entendimento dos empreendimentos. Afirmou que a cidade está organizada em associações, porém, é necessário que haja um envolvimento maior para buscar outras melhorias, na infraestrutura, saúde, dentre outras situações. Destacou que os órgãos do governo precisam se responsabilizar mais com a causa dos povos tradicionais. Ao mesmo tempo, todos têm que participar e colaborar na construção do processo. Afirmou que é preciso continuar a aliança indígena e quilombola, ficando atentos às lideranças políticas em vista do ano eleitoral, para que possam estar juntos com as comunidades tradicionais, pois se tem alguém com pressa de explorar nossos recursos naturais. E concluiu: “Nós temos que ser sempre contra essa barragem, obrigado”.

Após a exposição do Senhor Josielson Santos, o **Padre Tomaz Gwiazda** agradeceu aos expositores e os convidou para permanecerem na mesa para a rodada de perguntas. Em seguida, convidou o Bispo Dom Bernardo para compor a mesa e proferir suas palavras.

Assim, o **Revendíssimo Bispo Dom Bernardo Johannes Bahlmann** saudou os presentes com Paz e Bem! Falou de sua felicidade de poder estar presente com todos neste dia e que a problemática das hidrelétricas está na pauta de discussões dos Bispos do Regional Norte 2; e que esta discussão também é feita em Roma, onde houve uma série de entrevistas sobre as questões da Amazônia como um todo. Afirmou que esses projetos são da época da ditadura militar e são retirados da gaveta sem qualquer processo de atualização sobre os possíveis impactos para os seres humanos. Ressaltou que o Papa Francisco, em Encíclica, fala do cuidado com a criação. Em relação à hidrelétrica Cachoeira Porteira, disse que todos os seres humanos, assim como a floresta e tudo o que a compõe, precisam ter seus direitos garantidos. E disse: “gostaria de lembrar que já assistimos tudo o que aconteceu com Belo Monte e não queremos que isso aconteça aqui conosco”. Falou que se encontrou com o Papa e fez um convite para que ele possa fazer uma visita aos povos indígenas Munduruku. Disse que tem conhecimento de tudo aquilo que acontece com os povos desta região e que “somente com uma grande articulação podemos promover uma maior mudança”. Todos deveram fazer



uma aliança e “puxar na mesma corda”. Se todo mundo luta, disse que juntos será garantido os direitos de tudo aquilo que Deus criou. Falou que escreveu uma carta para o Papa relatando toda a situação da Amazônia e que vai convocar uma grande reunião de todos os Bispos da Amazônia. Nesse sentido, concluiu que é preciso cada vez mais se unir, fazer o seminário, articulando as estratégias e defender a vida daqueles que moram aqui. A questão é a defesa da vida, sem quaisquer distinções de raça ou credo religioso. Disse que fala isso como Cacique Katxyuana “Massumassu”, título que recebeu dos indígenas.

- **ESPAÇO PARA AS PERGUNTAS DO PAINEL 3**

Concluída toda a exposição do Painel 3, a **Defensora Pública Andreia Barreto** explicou que se iniciariam as inscrições para as perguntas aos expositores. A primeira a falar foi a **indígena Angela Katxyuana**, que disse lamentar o pouco tempo concedido. Em seguida, fez denúncias sobre a alimentação indígena, que não acontece de forma adequada. Disse que deseja contribuir com o Senhor Josielson quando fala sobre a lona da CASAI [referindo-se aos precários abrigos feitos com coberta lona na casa de saúde indígena em Oriximiná], explicando que isso acontece por falta de compromisso dos gestores federais. Disse ainda que realmente está horrível a situação lá. Reportou também sobre o alto índice de alcoolismo nas aldeias. Falou que é um prazer conhecer o Bispo Dom Bernardo, todavia, disse que a prelazia de Óbidos precisa reparar danos que causou ao seu povo e que precisa ficar mais perto.

Em seguida, a senhora **Angela Kaxyuana** perguntou se o antropólogo pode ou não retirar o seu trabalho? Perguntou ao Bispo como se pode fazer um processo de reparação do deslocamento dos povos indígenas? **RESPOSTA: a antropóloga Luciana Carvalho** respondeu que uma vez escrito e entregue o trabalho antropológico, o antropólogo não tem mais como fazer intervenção: “ele pode se retirar, mas não o trabalho feito”. Esclareceu que se for percebido que não vai ser desenvolvido com condições de ética, precisa buscar condições favoráveis. **O bispo Dom Bernardo** falou da “missão Tyrió” e explicou que houve a junção de três povos indígenas por uma questão de sobrevivência, pois as três tribos juntas somavam 120 pessoas. Disse que hoje são mais ou menos 2000 pessoas e cerca de 20 aldeias. À época foi pensado em uma questão de sustentabilidade. Em todo caso, disse que desde que a missão foi ligada politicamente à Macapá, as coisas enfraqueceram. Hoje a Diocese possui três irmãs Franciscanas de Maristela que estão retomando um caminho para



ver como podem conduzir esse processo: “a Diocese está em muitas ações em benefícios dos povos indígenas. Realmente a questão do alcoolismo é séria e a Diocese dispõe de casa de recuperação para drogados e alcoólatras e futuramente terá em Óbidos uma casa para índios, que vem aprender com nossas obras sociais”. Quanto à hidrelétrica, o Bispo disse não possuir maiores informações.

Dada a palavra ao **indígena Juventino Kaxuiana**, este disse que muitos gostaria de perguntar, mas o tempo é curto. Chamou atenção para que seja feito melhor na próxima reunião, por conta do tempo. Em seguida **fez sua pergunta ao Dom Bernardo**: “Estive em Óbidos por duas vezes em 2015 falando a respeito da construção da hidrelétrica dentro da missão, desrespeitando a convenção 169, provocando uma divisão entre os missionários e os indígenas”. Pediu ao Bispo que se atente para isso, pois é um problema sério.

A Senhora **Erika Bessa aluna da UFOPA** questionou como a comunidade deve pensar em cativar essas pessoas para o documento de estudo antropológico? **RESPOSTA: O Padre Tomaz Gwiazda** responde que os movimentos sociais surgem a partir de uma organização e devem estar alheios a vontades e influências políticas: “Os movimentos sociais surgem para dar força, promover a união e lutar por direitos. Quando saímos às ruas ou fazemos protestos, isso mostra que estamos organizados e lutamos por nossos direitos”.

O **Cacique Geral Eliseu Wai Wai**, falando em português, agradeceu o evento falando em seguida que os povos indígenas estão preservando a natureza: “e nos foi falado que devemos continuar a fazer dessa forma para que nossos netos e filhos possam continuar assim. Tudo isso foi Deus que deu para nós. Precisamos de parceria para a construção da casa de saúde. Não pode ficar em baixo da lona”.

Após as considerações do Cacique Eliseu, a **Defensora Pública Andréia Barreto** explicou que a questão apontada por ele está dentro da proposta da mesa de diálogo. Por isso, afirmou que todos precisam sair do evento com propostas mais concretas, chamando os órgãos presentes e aproveitar para dar alguns encaminhamentos.

O **Cacique Elísio**, após falar em sua língua (realizada a tradução), afirmou que:

Uma reunião dessas é bom pra nós. Moro na aldeia no rio Mapuera. Me animei muito com isso que está acontecendo aqui. Concordo que precisamos nos unir. Nossos irmãos quilombolas que estão aqui também tem as mesmas lutas nossas. Precisamos lutar juntos. Esse é o início da nossa luta. Precisamos enfrentar juntos. Precisamos a ajuda de todos, do poder público, para que nós possamos nos sentir fortalecidos juntos com vocês (**Tradução livre de João Oliveira**).



O **Cacique Raimundo (aldeia bateria)**, falando em sua língua (e após a tradução) disse que não aponta nenhuma pessoa que fala melhor do que a outra, pois todos falaram coisas muito importantes para ficarem informados. Relatou:

As informações sobre a barragem são boas, pois hoje estamos bem, amanhã será muito triste se a gente perder a natureza que temos hoje. Do jeito que falaram aqui, se a barragem acontecer vai sumir tudo. Vai ser muito triste. Quero dizer que preciso muito da ajuda de vocês. Hoje fiquei triste que tacaram fogo na nossa região e acabou com nossa floresta. Nós queremos viver em paz, queremos a ajuda de vocês aqui, ajuda de nossos parentes e irmãos quilombolas. **(Tradução livre de João Oliveira)**.

RESPOSTA - O Padre Patrício disse que o índio sempre teve seu alimento da natureza, mas com a vinda de cesta básica eles pararam de trabalhar e a distribuição dessas cestas causou divisão. Relatou que o povo vive discriminado na aldeia e as pessoas que visitam dão bombons, por exemplo, para as crianças, e isso causa doenças que antes os índios não tinham. Lembrou que Claudio Curuaia disse que a FUNAI tem culpa, pois criou um plano emergencial, que devido a alimentação que entra com o costume do povo branco, como refrigerante, gerou doenças. E concluiu que “o governo também pode oferecer pra vocês” [referindo-se aos povos indígenas de Oriximiná]

7. MESA “DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS E ENCAMINHAMENTOS”

Encerrado todos os painéis e perguntas aos expositores, a Defensora Pública Andreia Barreto explicou como seria a dinâmica da “Mesa de Diálogos Institucionais”, explicando que todos poderiam participar, convidando todos os expositores. Em seguida, convidou a participar das conversas o enfermeiro **Cristiano Adson Barbosa – coordenador do CASAI polo de Oriximiná; o representante da FUNAI/Santarém, Iory Linke; representante do ICMBio, Senhor Marcelo Borges; e o prefeito Luiz Gonzaga Viana Filho.**

A **Defensora Andreia Barreto** informou que nos painéis do dia anterior foram feitas várias denúncias, inclusive algumas encaminhadas à procuradora Fabiana. Esclareceu que diante dessas denúncias também pode se verificar qual providência tomar. Em seguida, chamou as associações quilombolas para dialogar. Iniciou o diálogo com a demanda apresentada pelo Cacique Eliseu sobre a situação da CASAI. Informou que no ano de 2015 já



tinha recebido demandas sobre a situação. Por isso, passou a palavra ao coordenador da CASAI, Senhor Cristiano Barbosa, para se manifestar sobre a CASAI.

O **Coordenador da CASAI polo Oriximiná, Senhor Cristiano Adson Barbosa** informou que responde pelo polo de Oriximiná, pela saúde indígena, a qual se divide em dois polos: um na cidade de Oriximiná e outro no interior. Ele informou que a demanda das lonas é uma problemática de muito tempo: **“Quando os indígenas vêm para a cidade, ficam alojados em baixo de lonas”**. Esclareceu que a estrutura da CASAI hoje é composta por 60 pessoas/indígenas para alojamento e a cultura indígena é de andar sempre com toda a família. Quando a situação não é resolvida na aldeia, o indígena é direcionado para a cidade. Para isso, existe o plano distrital, que é feito para atender as demandas da CASAI, que está incluso a construção da estrutura da CASAI. Para amenizar a situação, informou que já tiveram uma reunião com as lideranças e ficou combinado a construção de malocas no terreno da CASAI. Disse que já tiveram uma conversa com IBAMA sobre a doação da madeira, mas não conseguiram com aquele órgão ambiental. Então, acertaram que a comunidade ficaria responsável de retirar a madeira, devido ao baixo nível do rio, mas ainda não foi possível transportar a madeira, o que seria feito pelos indígenas. Explicou que essa é uma solução que está sendo tomada a partir da denúncia feita no ano passado e dado esses encaminhamentos no final do ano de 2015.

O **Cacique Elisio**, falando em sua língua (e realizada a tradução), pediu a palavra e informou que realmente essa construção da casa em forma de maloca, mas que seria uma maloca provisória e concluiu:

É uma casa improvisada até sair uma casa melhor. Eu pensei comigo mesmo, se nós aceitamos isso, será que vão querer construir uma casa moderna. Essa é a minha dúvida em relação a casa moderna. Então isso já passou pela minha cabeça. Foi a dúvida que eu tinha quando eles falam que é uma casa provisória até a construção da casa da CASAI moderna (**Tradução livre de João Oliveira**).

O **Cacique Rogério, da Aldeia Inajá e etnia waiwai** pediu a palavra e disse em português que gostaria de se manifestar sobre a CASAI, relatando que a situação é caótica. Já reuniram tanto e que seus conselheiros já viajaram muito para aprovação de alguns projetos. Quando eles voltam, trazem sempre as mesmas promessas. Só criam expectativas, não tem nenhum resultado concreto. Disse que seu povo está sendo maltratado nessa região. Depois que passou para SESAI, a situação piorou. Quando era atendido pela Prefeitura era muito



melhor. Quando agentes de saúde vão às aldeias, só vão para passear. Não possuem medicamentos nas aldeias e o próprio índio tem que comprar seus medicamentos. Falaram com o pessoal da saúde e seus conselheiros para levar a mensagem. Hoje está reunido com as autoridades para ver se resolve a situação. Disse que precisam que o trabalho se torne mais eficiente para os indígenas. Não sabe onde está o problema. Não sabe se o Ministério Público pode informar se o governo não repassa o recurso pra eles [CASAI]. Precisam resolver o problema urgente. Não podem mais esperar.

Dada a palavra à **procuradora Fabiana Schneider**, ela informou que entende a situação e as reivindicações dos povos indígenas e informou que uma ação foi feita em Santarém para que as situações de lá fossem resolvidas para aqueles povos. Aqui não chega essas ações. Disse que o prefeito daqui está presente e o município precisa fazer a sua parte. “Se preciso for o caso, será feita uma ação judicial para que essa situação seja resolvida aqui em Oriximiná”, revelou.

A promotora de Justiça Lilian Braga informou que anotou a demanda para verificação da destinação de recursos da saúde indígenas repassados para a Prefeitura de Oriximiná, de modo a ser repassado à promotoria de Oriximiná.

O Prefeito de Oriximiná, Luiz Gonzaga saudou os presentes e falou que o recebimento de recursos para as questões de saúde indígenas é insuficiente para a demanda, precisando sempre dispor de mais complementos. Disse que não tem conhecimento de que nas aldeias tem bebida alcoólica. Afirmou que quando os índios vêm para a cidade, aí sim fazem o uso de bebidas alcoólicas. Disse ainda que estão levando para as aldeias de 15 em 15 dias professores para trabalharem na educação do ensino médio para que o índio não tenha que vir para a cidade. Disse que não defende e nem acusa a CASAI, mas já foram feitas algumas parcerias para que fossem resolvidas as situações. A parceria com os índios seria de ajudar nos materiais para poder se construir as malocas no terreno da CASAI. Disse que a Prefeitura tem ajudado dentro de suas possibilidades, no transporte, educação, combustível, haja vista o consumo de combustível é muito grande devido à distância das aldeias. Na área quilombola, também tem feito algumas contribuições e que não se tem nessas áreas grandes problemas em questão de saúde. Também afirmou que tem contribuído com a educação. Quanto aos projetos, disse “serei contra a qualquer tipo de projeto que venha prejudicar a vida do nosso povo”. Ao final, agradeceu ao convite feito para participar do evento.



A **indígena Ângela Katxuyana** falou sobre a questão de encaminhamento: “que o ICMbio não apreenda a madeira que vai descer para a construção das malocas, porque muita coisa se apreende, inclusive a própria comida dos indígenas”.

A **Defensora Pública Andreia Barreto** disse que para fechar o tema saúde indígena chama o Defensor Público Rogerio Siqueira, que pediu a palavra.

O **Defensor Público Rogerio Siqueira** disse que percebeu que já havia encaminhamento do Ministério Público Federal, para as questões federais, e do Ministério Público do Estado, quanto às Municipais. Por isso, sugeriu também um encaminhamento para a questão da saúde no âmbito do Estado, o que poderia ser feito pela Defensoria de Oriximiná.

A **Defensora Pública Andreia Barreto** informou que a Defensoria Pública de Oriximiná irá acatar o encaminhamento do Defensor Rogégio Siqueira e disse que a Defensoria Pública do Estado vai acompanhá-lo e encaminhá-lo para órgãos que não estão presentes todas as denúncias e encaminhamentos.

Quanto à apreensão de madeira ou caça, **o Senhor Marcelo Borges, do ICMBio**, disse que sua equipe nunca prendeu caça, motosserra etc.: “a nós cabe ver se o transporte está adequado. Eu não posso assumir que o ICMBio não vai prender madeira, por que não cabe a nós. Não posso fazer isso”.

A **Defensora Andréia Barreto** explicou que passaria para a temática do encontro e assim concedeu a palavra ao **quilombola Hugo (T. O Erepecuru)**, o qual falou que existe uma situação que querem pedir a aplicação da convenção 169, que é feita pela Palmares, pois estes já vêm falando a favor da construção das barragens. Pediu que os órgãos competentes estejam presentes nesses processos: “Fico preocupado quando Brasília vem, pois dizem que se não aceitarem as suas condições que eles querem, todos ficarão fora das políticas públicas. Nós queremos a conversão 167”, finalizou Hugo.

O **quilombola Daniel (Erepecuru)** falou sobre a **invasão dos garimpeiros**, os quais continuam dentro das áreas quilombolas e não se sabe como e nem o que estão fazendo. Pede que isso seja considerado pela mesa de conversa.

A **Defensora Pública Andreia Barreto** pediu ao quilombola Carlos Printes que permitisse que ela desse a palavra para a Procuradora Fabiana Schneider e a promotora Lilian Braga, pois estas viajarão às 15:00 horas.

A **procuradora Fabiana** parabenizou a Defensoria Pública pela realização do evento e a presença de todos. Sugeriu que quanto à madeira, que insistam com o IBAMA, pois este



órgão possui madeira. Quanto às comunidades quilombolas, que seja feito um manifesto relatando a situação de desenvolvimento dos trabalhos da Fundação Cultural Palmares nas áreas quilombolas. Mencionou que hoje saiu uma decisão judicial que diz que Belo Monte não precisará cumprir com as condicionantes exigidas. Agradeceu a todos.

A **Promotora Lilian Braga** disse que estava feliz de estar presente com todos no evento e ficou honrada em trazer as experiências vividas em Juruti. Disse esperar todos em Santarém para conversar sobre as questões educacionais indígenas. Parabenizou a Defensoria e a Diocese pela realização do evento e a todos pela participação do encontro. Disse que a perspectiva foi de disseminar as informações, discutir essas problemáticas dessa região e isso foi sem dúvida o maior ganho do encontro. Pediu que não desistisse dos órgãos públicos, pois as políticas públicas constituem um direito e dever do estado. Falou para não desconfiar das barganhas políticas. Disse que a promotora Ione Nakamura deixou um agradecimento pela participação de todos. E concluiu: “Já recebi as demandas de alguns e receberei as demais que constarem no relatório que está sendo produzido pela Defensoria e Diocese de Óbidos”.

A **Defensora Pública Andreia Barreto**, ao comentar os relatos dos quilombolas Hugo e do Daniel disse ter identificado alguns pontos do nosso encontro: direito de serem consultados e terem acompanhamento técnico e jurídico nas reuniões destinadas à aplicação da convenção 169.

Em seguida, a defensora passou a palavra ao **quilombola Carlos Printes**, que saudou aos presentes e falou da preocupação em relação às algumas reuniões feitas no Alto Trombetas, em que as pessoas pensaram que era uma consulta. Então as **comunidades fizeram um abaixo assinado colocando sua posição em relação a essa questão**. Relatou que já está liberado para fazer o trabalho do Platô e as comunidades não foram consultadas. Disse que há um Grupo de Trabalho, que deve reunir para tratar das questões das comunidades e está funcionando ao contrário, pois as demandas estão saindo da Mineração Rio do Norte para as comunidades e, por isso, pensa que o correto é as demandas saírem das comunidades para a Mineração.

A **quilombola Elielma, do Alto Trombetas** saudou aos presentes, parabenizando a procuradora Fabiana pela metodologia do vídeo que foi utilizado. Também perguntou sobre a situação de pesquisa antropológica de não respeitar os costumes da comunidade: “Nesse caso, o que devemos fazer? Pois a nós é cobrado o respeito com o pesquisador”.



A Antropóloga Luciana Carvalho disse que sobre essa pergunta, imagina que as situações que os quilombolas passaram sejam difíceis e constrangedoras, pois um profissional não teve um devido respeito para com a comunidade, já adentrando na comunidade com uma ideia formada sobre a questão da titulação. Sugeriu oficiar a empresa que mandou os pesquisadores e também a retirada do profissional que causou a situação. Alguns comportamentos ferem e chocam os moradores locais. Disse que ninguém é obrigado a ter em sua casa alguém que não a respeita. Todos os processos são feitos por empresas, por isso, sugeriu que haja um acompanhamento mais rigoroso dos profissionais que são contratados para fazer os estudos. Ressaltou, ainda, que as empresas não dão tempo suficiente para se fazer um bom trabalho e finalizou dizendo que nenhuma comunidade é obrigada a ter alguém em sua comunidade.

A **Defensora Pública Andréia Barreto** relatou que tem dado a seguinte orientação: que seja indígena ou quilombola o conceito de casa é o mesmo. Em comunidade coletiva é a comunidade que autoriza, pois não é a casa de um, mas uma comunidade que estará sendo autorizada a entrada de pesquisador. Disse que às vezes ficamos empolgados com pessoas de fora e por isso muitos tendem a autorizar. Citou o exemplo que teve em Mãe Domingas (território quilombola) foi justamente sobre a entrada de pesquisadores na comunidade: “você decidem se essa autorização será coletiva ou se somente um fará”. Disse ainda que aqueles que moram no Trombetas possui a alternativa de fazer esse controle no posto do ICMBio: “outro caminho é passar para o ICMBio dizendo que a comunidade já decidiu e autorizou a entrada de determinada pessoa e deixam lá isso”.

O **Senhor Marcelo Borges do ICMBio** disse que o pesquisador ao entrar na Unidade de Conservação o ICMBio analisa o pedido e coloca condições em um sistema. Disse que pedem sempre que os quilombolas coloquem o que desejam e que qualquer descumprimento dessas condições a autorização será cancelada.

Em razão de sua viagem de retorno, **a antropóloga Luciana Carvalho** se despediu fazendo suas considerações finais, parabenizando pelo encontro. Desejou que haja outra oportunidade e agradeceu o convite.

O **quilombola Silvio (T.Q Boa Vista)** disse que ouviram ontem o dia todo sobre a construção da hidrelétrica e também de uma forma ou de outra será construída. Lembrou que na década de 80 foram a Brasília e deixaram seus protestos e que não querem mais esse



modelo de hidrelétrica. Revelou que não adianta falarem; precisam chama-los aqui e dizer isso para eles.

A **quilombola Elza (T. Q Boa Vista Trombetas)** disse que também já teve audiências públicas sobre a construção da hidrelétricas e foi citou o trabalho dos padres José Cortez, Manoel Rodrigues e Patrício. Disse que existe a situação das mineradoras, em que também devem ser consultados. Lembrou que ainda tem o fato de pessoas desconhecidas entrarem em terras quilombolas e que alguém liberou para eles entrarem. Por isso, concluiu que precisam ser consultados para poderem entrar nas comunidades e que querem a titulação de suas terras, porque senão eles vão entrar e os quilombolas terão que sair. Neste aspecto, deu como solução um abaixo assinado.

A **quilombola Deuzilene de Souza, da Comunidade Espirito Santos** disse que estão tão oprimidos e a decisão já vem de lá, por isso não tem escolha. Pediu que os representantes da lei têm que olhar pelos quilombolas. Disse que quando fazem greve eles acham ruim, mas já sofreram muito e não podem mas abaixar a cabeça: “eles entram em nossas áreas e não sabemos nem o que vão fazer. Fazem o que querem e vão embora”, revelou.

A **Senhora Benedita Lobato** saudou todos os presentes e pediu licença para falar sobre algumas situações. Disse que é produtora cultural e representa o Projeto Tambor na Mata e que há seis anos o projeto trabalha com a preservação das manifestações culturais das comunidades quilombolas com o patrocínio da Mineração Rio do Norte e Prefeitura Municipal de Oriximiná. Informou que receberam a notícias que seria implantado o projeto de circuito cultural pela MRN. Com essa notícia, o projeto Tambor na Mata foi enfraquecido, devido não dispor de recursos suficientes para continuar suas atividades. O projeto promoveu o deslocamento das manifestações culturais no Pré-círio de Santo Antônio. Hoje, estão tristes de saber que a Fundação Cultural Palmares está em descrédito com as comunidades quilombolas. Gostaria que a Mineração Rio do Norte tivesse mais respeito com os projetos que são pensados e implantados com iniciativas locais.

O **Cacique Lericio** falou que tem dois tem dois assuntos para expor:

Eu quero dizer que a minha preocupação maior em quanto liderança katuena é sobre a casa do índio que precisa de reforma. Eu queria apoio, pois a casa não tem condições de abrigar a gente. Essa casa é de todo nosso povo do Mapuera e serve para todos nós, pois quando a gente vem pra cidade resolver problemas vão pra lá. Precisamos daquela casa, seu prefeito. Não sei e vai nos ajudar. Também quero do O ICMBio (...) uma motosserra foi tomada lá. Eu atendi ele, irmão que falou disso. Falei a ele que íamos conversar com eles lá e parece que a motosserra



está no ICMBio. Essa motosserra foi comprada com a venda da farinha. Trabalhamos na roça e também a espingarda que também foi tomada. Estou aqui como liderança e por isso falo com direito que tenho. A hidrelétrica vai causar muitos danos para nossa vida e não deixa a gente viver em paz e resolver problemas de suas comunidades. Queremos a devolução de nossos equipamentos não somos madeireiros. Trabalhamos na roça. Eu quero levar de volta uma resposta para a minha comunidade (**tradução livre, por João Oliveira**).

Em razão de sua viagem, o **Senhor Rozeninho Munduruku** saudou os presentes e disse que o que preocupa é que deu para observar que tem muitas associações em Oriximiná um vai querer seus próprios benefícios. Relatou que os povos indígenas Munduruku criaram seu próprio protocolo e isso fortalece os povos indígenas. “As pessoas quando me veem participando de eventos, as pessoas pedem pra falar, mas eu sou apenas um porta-voz das nossas aldeias”. Também alertou que os parentes devem procurar o MPF e buscar parceria para defender seus direitos e criar seu próprio protocolo. Destacou, ainda, que nunca viu o prefeito em nenhum evento de discussão a não ser neste evento. Ressaltou que o ICMBio na teoria é muito bonito, mas na prática não acontece como deveria. Os projetos vêm com o plano de manejo muito bonito, mas não é isso que acontece. Disse que o ICMBio não tem respeito com os indígenas e só causam a destruição. Para finalizar, agradeceu a Defensora Pública Andreia Barreto, pela oportunidade de participar do evento e compartilhar as experiências, pontuando que isso é muito bom.

Quanto as colocações do cacique Lerício, **o Senhor Marcelo do ICMBio**, disse que não estava na chefia da unidade quando aconteceu a apreensão dos materiais e que por isso não poderia dizer se vai liberar os materiais, uma vez que precisa de encaminhamentos, pois tudo passa por um processo. Registrou sua posição pessoal de grande respeito para com as comunidades tradicionais, porém, disse que tem seguido o princípio da legalidade. Lembrou que o ICMBio é um órgão do governo e caminha dentro das premissas do governo. Destacou que a unidade de conservação não segura empreendimento, pois resistência só quem faz é o movimento social. Por isso, era para fazerem as manifestações de seus descontentamentos com os órgãos do governo. Também parabenizou a Defensora Andréia Barreto pela realização do evento e disse: “é muito bom que esteja sendo realizado antes de se iniciarem os processos dos empreendimentos”.

Em seguida, a Defensora Andréia Barreto passou a palavra ao **representante da Funai/Santarém, Senhor Ioki**. Ele agradeceu a coordenação do evento pelo convite e disse que podem contar com sua equipe na organização e participação dos próximos eventos. Disse



que trabalha com uma unidade da FUNAI, com os índios de pouco contato. E disse os indígenas presentes estão representados, mas pediu para imaginarem a situação dos índios que não tem nenhuma representação. Colocou-se à disposição e disse que, infelizmente, são poucos na FUNAI, mas precisam manter contatos e falar uns com os outros sobre o compartilhamento dos territórios. Revelou que contam com o apoio de muitas pessoas e assim conseguirão desenvolver alguns trabalhos. Disse que era para os presentes pressionem as instituições, os órgãos e, aproveitando a fala da Promotora Lilian Braga, apelou para não desistam das instituições. Falou acreditar que esse é o caminho, é essa a luta e que não podemos desistir.

A **Defensora Pública Andréia Barreto** lembrou que, com relação à casa indígena, serão dados os devidos encaminhamentos. Com relação à apreensão de materiais, a legislação deve ser adequada para os povos indígenas e quilombolas, para que algumas situações possam ser revistas: “o que não pode acontecer é que esses povos fiquem sem defesa do processo administrativo. É preciso um olhar diferente para os povos indígenas e comunidades tradicionais”. Lembrou que a Defensoria Pública realiza muitos recursos administrativos de auto de infração e que é possível que os autuados sejam depositários dos bens. Mas sem recurso, isso fica difícil. Por isso, destacou que é preciso que os órgãos de fiscalização possibilite esta defesa.

O **prefeito Luiz Gonzaga Viana Filho**, no uso da palavra, disse que em relação à resposta da casa, já recebeu um pedido do ex-cacique e agora recebe o pedido do cacique atual. **Disse que é precisa verificar a questão do tombamento.** Se estiver ainda no nome da prefeitura, precisa fazer o projeto de reforma da casa, caso contrário, é preciso verificar os devidos encaminhamentos e fazer o projeto. Quanto ao seu posicionamento em relação à construção da barragem, se a comunidade é contra, concluiu: “eu também sou contra”.

O **quilombola Hugo Filho** saudou os presentes e falou de sua preocupação de ver projetos que já vem pronto e só conhece quando já é para ser executado. **Relatou que quilombolas não têm casa de atendimento quilombola e que estão preocupados com essa situação.** Também disse que foi criado o Movimento em Defesa de Oriximiná (MDO), puxando discussão sobre barragem e mineração, mas não tem nenhum quilombola dentro das discussões do MDO, sendo que estes são atingidos. **Assim, gostaria de tirar como encaminhamentos da prefeitura, para que revise a situação das parcerias e assuma a responsabilidade com as comunidades quilombolas,** pois recebem o mínimo possível e a



cultura é levada para fora. Pediu que respeitassem mais as comunidades quilombolas. Por fim, disse que querem terras tituladas e demarcadas já e conclui: “o mundo será melhor quando o menor que padece acreditar no melhor”.

O Cacique Curuci Curumin Tunayana, da aldeia Turuni (falou em português) saudou os presentes e disse que queria falar sobre suas terra. Disse que é muito importante suas terras, que tem tudo o que precisam para suas vida. Relatou que ontem o parente contou que em Altamira toda floresta foi destruída. Pediu apoio sobre a construção de hidrelétrica em Cachoeira Porteira e concluiu que terra demarcada é bom, hidrelétrica não.

Boa tarde. Eu gostaria falar a língua de caragua, direto, né? porque eu também tá com fome, né parente? Amigo...Na verdade.....Quero falar sobre nosso terra, sobre nosso terra, sobre hidrelétrica também. Entendeu? Nosso terra muito importante pra nós, porque nosso terra é muito materiais pra nós. Nosso vida, também. Tem mercadoria pra nós todos. Igual de vocês. Olha agora. Oriximiná tem mercadoria também, de vozes também (...) Era isso eu gostaria falar sobre nosso terra, né quilombolas? [aplausos] Ontem parente contou pra nós, Munduruku, lá de Altamira, né? Altamira lá hidrelétrica tudo... floresta tudo, tudo...Num pode assim em nosso terra pra cá. Trombetas, rio Mapuera, rio cachorro também. Então, de vocês apoiadoras, apoiadores, apoia nós! Aqui tá prefeito. Prefeito apoia nós. Sobre a... construir hidrelétrica, corta lá no Cachoeira Porteira... num pode. Na verdade...Demarcada pode. Mineração, Hidrelétrica num pode [aplausos] Na verdade, era isso minha fala. Eu sou cacique lá de aldeia Turuni. Meu nome Curuci Curumin Letivian Tunayna. Obrigado!

O **Senhor Diócles Rego Soares, do Movimento em Defesa de Oriximiná** saudou os presentes e disse que ia ler um pensamento do grupo. Falou que MDO está querendo criar um grupo de discussão a respeito dos empreendimentos para a região. Por isso, convidou a comunidade em geral e perguntou aos indígenas e quilombolas se querem caminhar juntos.

A **Defensora Pública Andreia Barreto** fez suas considerações finais dizendo está muito satisfeita, muito realizada, com o encontro, afirmando que o tema hidrelétrica e mineração não se esgota nesse evento. Disse que este não será o último evento. Outros deverão acontecer. Destacou que é importante que foram ouvidas experiências de outros povos, principalmente os que estão na região de Belo Monte. Destacou sua tristeza com a notícia de as condicionantes para Belo Monte não estarem sendo cumpridas. Mas disse que é preciso entender como todos esses processos afetarão a vida dos indígenas e quilombolas e que por isso devem caminhar juntos para enfrentar os desafios. Disse que precisam de aliados que possam ajudar nesse processo, onde se possa construir a frente de luta. Destacou a fala do Padre Patrício em relação às populações de Altamira e que elas estão passando fome nas



beiras dos rios. Revelou que o primeiro ponto é a questão é a titulações das terras. Com as terras tituladas, as comunidades devem decidir se querem esses empreendimentos. Também revelou que é necessário construir um diálogo com todos. Uma instituição não pode decidir sozinha questões sobre a vida de um povo. “Muito obrigada”, concluiu.

Em suas considerações finais, **o Padre Tomasz Gwiazda** falou em nome da Diocese e Paróquia de Oriximiná e agradeceu a Defensora Andréia Barreto pela oportunidade de poder discutir essas questões. Disse que precisam manter a articulação e continuar a essa luta. Agradeceu a participação das demais instituições presentes no evento. Disse que espera que se tenha resistência para poder lutar pelos direitos de vocês. Falou que continua em Oriximiná, com a sala da Pastoral Social aberta para receber a demanda das comunidades. Lembrou e agradeceu aos tradutores que muito contribuíram para facilitar o entendimento e o diálogo nas línguas originais: “foi uma coisa muito bonita; foi muito bom ouvir as línguas originais”. Disse que assim conseguimos nos compreender mais, se conhecer mais e que a sociedade Oriximinaense possa ver nossa organização e fazer um movimento social que preste. “Muito obrigado”, concluiu.

O tradutor João Oliveira, representante da FUNAI/Oriximiná e que contribuiu com a tradução para o seu povo waiwai, fechou o encontro com seus agradecimentos. Disse que é da região de Oriximiná e que trabalhou na tradução e que isso é cansativo e espera ter contribuído com seus parentes e seus parceiros de luta. Disse que trabalha na FUNAI/Oriximiná e que é muito difícil, porque a FUNAI está enfraquecida e está com promessa que um dia vai melhorar. Falou que, como indígena, está na luta e sempre que precisarem de tradução e ajuda e esta a disposição. Agradeceu ao padre Tomasz e a Defensora Andreia, que são seus parceiros. Agradeceu a toda a mesa e agradeceu a presença dos irmãos quilombolas e disse que estão juntos nessa luta, que não vai parar.

ENCERRAMENTO. O encontro sobre hidrelétrica e mineração na Amazônia: impactos sobre os territórios indígenas e quilombolas de Oriximiná/PA, encerrou no dia 27 de janeiro de 2016 as 15h26.

DOS ANEXOS: a seguir serão apresentados como anexos ao relatório: a programação do encontro, os slides dos expositores e os documentos apresentados pelos participantes à organização e/ou membros dos painéis.

OUTROS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO ENCONTRO



Foto 9. Representante da ARQMO, Povo Katxuyana e Waiwai/Oriximiná (2016).
Fonte: Mauro Ribeiro



Foto 10. Indígenas da etnia Waiwai/Oriximiná (2016).
Fonte: Mauro Ribeiro



Foto 11. Indígena Curuaia/Altamira e Quilombola do T.Q Mãe Domingas/Oriximiná (2016).
Fonte: Juliana Pereira



Foto 12. Participantes do encontro no Cliper Santo Antônio(2016).
Fonte: Juliana Pereira



PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

26 | JAN
27 | 2016www.quilombolasindigenasoriximina.com
Contato: (81) 3217-2339

DIA 26

Data: 26/01/2016 e 27/01/2016

Local: Salão Paroquial de Santo Antônio/ Oriximiná-PA.

O encontro será traduzido para os povos indígenas participantes.

08:00 - Café

8:30 - Abertura

Luís Carlos de Aguiar Portela (Defensor Público Geral)
Dom Bernardo Johannes Bahmann (Bispo de Óbidos)
Claudinete Colé (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná - ARQMO)
Elizeu (Cacique Geral do Povo Waiwai)
João Pekiriru wa Kaxuyana (Cacique do Povo Kaxuyana)

9:00 - PAINEL 1: EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: TERRITÓRIOS E EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS E MINERÁRIOS.

INDÍGENAS

Rozeninho Saw Munduruku (Indígena Munduruku / Itaituba)
Cláudio Curuaia (Representante da Associação Indígena Nativa Curuaia de Altamira)
Juventino Pesirima Kaxuyana (Presidente da Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kaxuyana/Oriximiná)
Luís Wirika Waiwai (Presidente da Associação dos povos indígenas do Mapuera - Oriximiná/PA)

QUILOMBOLAS – ORIXIMINÁ

Mário Roberto de Souza (Quilombo Erepecuru)
Gervásio de Oliveira (Quilombo Ariramba)
Antônio do Carmo (Quilombo Água Fria)
José Silvano Silva (Quilombo Área Trombetas)
Sílvia Santos Rocha (Quilombo Boa Vista Trombetas)
Antônio Marcos Salgado (Quilombo Alto Trombetas II)
Aluizio Silvério dos Santos (Quilombo Mãe Domingas)
Claucivaldo dos Santos Souza (Quilombo Cachoeira Porteira)
Claudinete Colé (Associação das Comunidades

Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná - ARQMO)

13:00 - Almoço

14:30 - PAINEL 2: CONFLITOS E GARANTIA DE DIREITOS.

Marcos Vieira (DPE/Santarém) – UHE São Luiz do Tapajós e conflitos possessórios agrários
Ione Nakamura (MPE/Santarém) – Hidrelétrica de Cachoeira Porteira no cenário dos conflitos agrários no Pará
Fabiana Keylla Schaneider (MPF/Santarém) – Hidrelétrica de Cachoeira Porteira e a consulta livre, prévia e informada aos indígenas e quilombolas
Rogério Siqueira (DPE/Marabá) – Defesa dos atingidos por mineração na Região Agrária de Marabá/PA
Lilian Regina Furtado (MPE/Santarém) – Impactos socioambientais da Mineração em Juruti Velha/PA

18:00 - Encerramento dos painéis 1 e 2

19:00 - Jantar

20:00 - Noite cultural - apresentação de danças e músicas indígenas e quilombolas

DIA 27

08:00 - Café

8:30 - PAINEL 3: ESTUDOS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Luciana Carvalho (antropóloga e docente UFOPA) – O papel dos pesquisadores no licenciamento ambiental: estudos antropológicos e territorialidade
Padre Patrício Brennan/Altamira – Hidrelétrica Belo Monte: problemas e desafios
Josielson Santos (CPT/Óbidos) – Os Movimentos Sociais em Oriximiná e seus desafios

10:00 MESA - "DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS"

13:30 - ENCAMINHAMENTO E ENCERRAMENTO

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KATXUYANA, TUNAYANA E KAHYANA

Em defesa dos nossos Territórios Tradicionais



Associação Indígena Kaxuyana
Tunayana Kaxuyana – AIKATUK

TERRITÓRIO

- ▶ O relatório circunstanciado da TI Kaxuyana Tunayana foi publicado em 20 de outubro de 2015 com uma superfície aproximado de: 2.184.000 hectares, que abrange uma parte Rio Nhamundá.
- ▶ A estimativa de População até 2010 era de: 580 indígenas em toda terra indígena Kaxuyana Tunayana Kahyana.

O Estado Brasileiro

- ▶ No período da ditadura: o Estado Brasileiro fez um pacto com as Igrejas, católicas e as evangélicas, especificamente na década de 60 é o ano em que os povos indígenas Katxuyana, Tunayana, Kahyana e outras etnias, foram levados contra suas vontade e abandonando seus territórios e sendo obrigados a se juntar e viver com outras etnias, Ex: os Katxuyana foram levados para o Parque do Tumucumaque-PA (**tiriyo**) Nhamunda-Am, (**hixkaryana**) os Tunayana e Kahyana foram levados para o Suriname (**Tiriyo**) e Guiana-inglesa.
- ▶ Deixando assim seus territórios com um grande espaço vazio, para implantação de grandes empreendimentos na região da calha-norte como: Hidrelétrica de Cachoeira Porteira e pesquisa de minérios.

RETOMADA DO TERRITÓRIO

- ▶ Em 2.000 começamos o processo de retorno e a retomada do nosso território tradicional, por conta própria e sem apoio de órgãos competentes.

HIDRELÉTRICA

- ▶ Por que não?
- ▶ Por que nós indígenas dependemos da mãe natureza para nossa sobrevivência e defendemos também a vida para nossas futuras gerações.
- ▶ **EX: NEGATIVOS**
- ▶ Os projetos de hidrelétricas causam muitos danos, humanos culturais e ambientais, assim como prejudica a vida dos nossos irmão quilombolas e ribeirinhos que dependem também dos rios, lagos e das floresta para sobreviverem.
- ▶ As populações que habitam as regiões onde a usina será implantada atingirão diretamente os Povos indígenas, ribeirinhos, quilombola, que perderão suas áreas, onde vivem e utilizam para caça, pesca e coleta dos produtos da floresta que será alagado com a construção da barragem.

EX: POSTIVOS

- ▶ Um rio não é um simples canal de água, é um rico ecossistema moldado ao longo de milhões de anos.
- ▶ Verdadeiros corredores de biodiversidade fornecem água, ar puro, alimentos, terras férteis, equilíbrio climático, fármacos animais e vegetais e recreação, turismo ecológico, entre outros tantos serviços.



MINERAÇÃO

- ▶ Por que não?
- ▶ Por que causa muitos danos ambientais culturais além de trazer divisão das comunidades e lideranças e contamina os rios, lagos e igarapés de onde tiramos o nosso sustento do dia a dia.
- ▶ Os benefícios vão para os grandes empreendimentos e a população local fica com o prejuízo.
- ▶ O que fica para a comunidade é o mínimo e a mineração faz uma grande propaganda como se ela estivesse contribuindo para o bem da sociedade sabendo que esta cometendo um crime matando a mãe natureza ela clama por socorro!

EX: NEGATIVO

- ▶ A morte do lago do Batata aqui no nosso Município, a mineração de cassiterita à 10 km da aldeia Santidade, onde uma liderança Katxuyana João do Vale escapou de morrer com doença suspeita de contaminação de mercúrio e o rompimento de barragens em outras regiões do país como o caso catastrófico de Mariana.

CONSIDERAÇÕES

- ▶ Para começar qualquer empreendimento deve respeita a convenção 169 da OIT que o Brasil Ratificou o povo deve ser ouvido, e deve ser respeitada a decisão do povo, os quais serão afetado diretamente, seguindo as normas da convenção 169 da OIT que dá o direito a consulta previa livre e informada.
- ▶ Nós Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e a sociedade civil em geral, nós não teremos beneficio com a construção das hidrelétrica de Cachoeira Porteira e sim grandes prejuízo e perdas e danos ambientais, a nossa flora e a fauna vai desaparecer, não deixar que isso aconteça queremos viver.
- ▶ VAMOS DIZER NÃO! À BARRAGEM E A MINERAÇÃO.

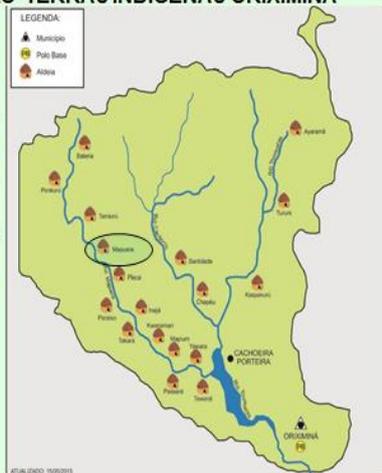
▶ Muito obrigado á todos!

APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS DO MAPUERA

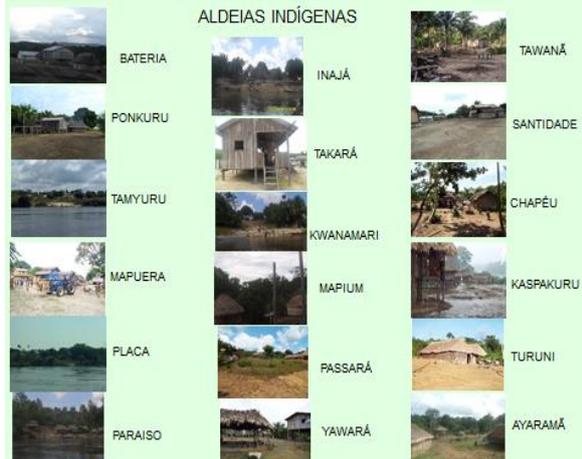
CARACTERIZAÇÃO TERRAS INDÍGENAS ORIXIMINÁ

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- Município: Oriximiná
- Etnias: Wai Wai, Hiskaryana, Tunayana, Katuena, tiriyo, Xereu, Manawana e Kaxuyana.
- RIOS: Mapuera, Cachorro e Trombetas.
- POPULAÇÃO: 2.182



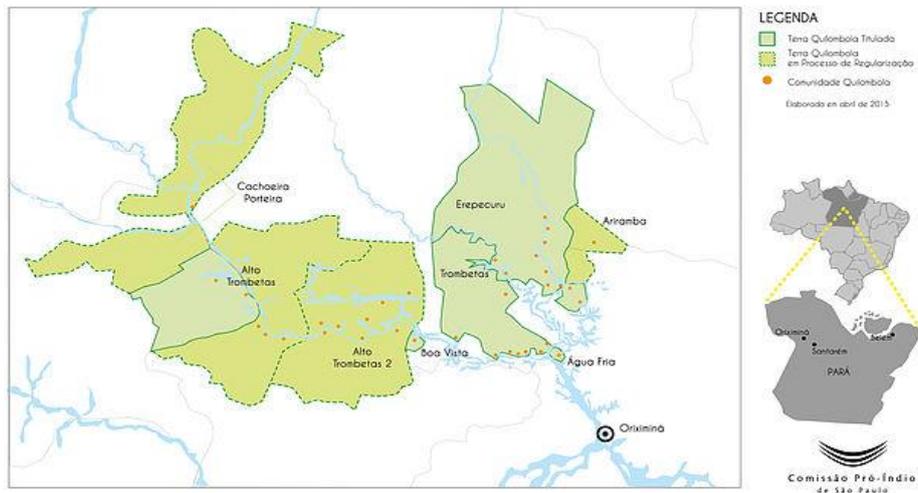
ALDEIAS INDÍGENAS





APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ - ARQMO

Terras Quilombolas em Oriximiná





LISTA DE ASSINATURAS DOS PARTICIPANTES DOS PAINÉIS E MESAS

PARTICIPANTES DO PAINEL 1. EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: TERRITÓRIOS E EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS

NOME	ALDEIA / COMUNIDADE / INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
ANDRÉIA MACEDO BARRETO	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	Andréia Macedo Barreto
CLAUDINETE COLÉ DE SOUZA	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ - ARQMO	Claudinete Colé de Souza
DENISE GRUPIONI	INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA - IEPÉ	
ELISEU RODRIGUES DA SILVA WAIWAI	CACIQUE GERAL - POVO WAIWAI	Eliseu Rodrigues da Silva Waiwai
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (SANTARÉM)	
IONE MISSAÉ NAKAMURA	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (SANTARÉM)	Ione Missaé Nakamura
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	FUNAI / TRADUTOR DA LÍNGUA WAIWAI	João Batista de Oliveira
JOÃO PEKIRIRUWA KAXUYANA	CACIQUE GERAL - POVO KAXUYANA	João Pekiriruwá Kaxuyana
JUVENTINO PESIRIMA KAXUYANA	TRADUTOR KAXUYANA	
KARISE ASSAD	MAGISTRADA REPRESENTANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	Karise Assad
MANOEL EDIVALDO SANTOS MATOS	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM	
MARCELLO BORGES	ICMBio	Marcello Borges
PADRE PATRÍCIO BRENNAN	REPRESENTANTE DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI	
PADRE TOMASZ GWIAZDA	PARÓQUIA ORIXIMINÁ	P. Tomasz Gwiazda

NOME	ALDEIA / COMUNIDADE	ASSINATURA
ALUIZIO SILVÉRIO DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO MÃE DOMINGAS	Aluizio Silveiro dos Santos
ÂNGELA AMANAKWA	AIKATUK / TRADUTORA DA LÍNGUA KAXUYANA	Ângela Amanakwa Kaxuyana
ANTÔNIO DO CARMO	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO ÁGUA FRIA	
CLAUDINETE COLÉ DE SOUZA	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ - ARQMO	Claudinete Colé de Souza
CLÁUDIO CURUAIA CAMBUI	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA NATIVA CURUAIA DE ALTAMIRA	Cláudio Curuaia Cambui
ELIELMA DE JESUS PIRES	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO ALTO TROMBETAS II	Elielma de Jesus Pires
GERVÁSIO DOS SANTOS OLIVEIRA	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO ARIRAMBA	Gervásio dos Santos Oliveira
HERALDO GEMAQUE DA CONCEIÇÃO	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO EREPECURU	Heraldo Gemaque da Conceição
IVANILDO CARMO DE SOUZA	COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CACHOEIRA PORTEIRA	Ivanildo Carmo de Souza
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	FUNAI / TRADUTOR DA LÍNGUA WAIWAI	João Batista de Oliveira
JUVENTINO PESIRIMA KAXUYANA	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAXUYANA, TUNAYANA E KAHYANA	Juventino Pesirima Kaxuyana
LUIS CARLOS WIRIKA	ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS MAPUERA	Luiz Carlos de O. Souza



LUIS WIRIKA WAIWAI	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA WAIWAI	
ROGÉRIO D E OLIVEIRA PEREIRA	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO ÁREA TROMBETAS	Rogério de Oliveira Pereira
ROZENINHO SAWRECAK MUNDURUKU	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PAHYHY'P DO MÉDIO TAPAJÓS DO POVO MUNDURUKU	Rozeminho Saw Munduruku
SÍLVIO SANTOS ROCHA	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO BOA VISTA TROMBETAS	Silvio dos Santos Rocha

PARTICIPANTES DO PAINEL 2. CONFLITOS E GARANTIAS DE DIREITOS

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - SANTARÉM	
IONE MISSAÉ DA SILVA NAKAMURA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO/PA	
LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO/PA	
MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS VIEIRA	DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTARÉM	
ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS	DEFENSORIA PÚBLICA DE MARABÁ	

PARTICIPANTES DO PAINEL 3. CONFLITOS E GARANTIAS DE DIREITOS

NOME	ALDEIA / COMUNIDADE / INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
JOSIELSON SANTOS DA COSTA	CPT-ÓBIDOS	
LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO	ANTROPÓLOGA E DOCENTE DA UFOPA	
PADRE PATRÍCIO BRENNAN	CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO	



PARTICIPANTES DA MESA DE DIÁLOGOS

NOME	ALDEIA / COMUNIDADE / INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
DOM BERNARDO	BISPO DA DIOCESE DE ÓBIDOS	
ANDRÉIA MACEDO BARRETO	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	
CRISTIANO ADSON BARBOSA LIMA	COORDENADOR DO PÓLO BASE DA CASAI	
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (SANTARÉM)	
IORI LINK	FUNAI-SANTARÉM	
IVO MATOS	REPRESENTANTE DA DEFESA CIVIL	
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	FUNAI / TRADUTOR DA LÍNGUA WAIWAI	
JOSIELSON SANTOS DA COSTA	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	
LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO/PA	
LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO	ANTROPÓLOGA E DOCENTE DA UFOPA	
MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS VIEIRA	DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTARÉM	
MARCELLO BORGES	ICMBio	
PADRE TOMASZ GWIAZDA	PARÓQUIA ORIXIMINÁ	
ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS	DEFENSORIA PÚBLICA DE MARABÁ	



PARTICIPANTES DO PAINEL 3. CONFLITOS E GARANTIAS DE DIREITOS

NOME	ALDEIA / COMUNIDADE / INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
JOSIELSON SANTOS DA COSTA	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-ÓBIDOS	
LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO	ANTROPÓLOGA E DOCENTE DA UFOPA	<i>L. de Carvalho</i>
PADRE PATRÍCIO BRENNAN	CONSELHO ÍNDIGENISTA MISSIONÁRIO	

PARTICIPANTES DA MESA DE DIÁLOGOS

NOME	ALDEIA / COMUNIDADE / INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
ANDRÉIA MACEDO BARRETO	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (SANTARÉM)	
IORI LINK	FUNAI-SANTARÉM	
IVO MATOS	REPRESENTANTE DA DEFESA CIVIL	
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	FUNAI / TRADUTOR DA LÍNGUA WaiWai	
JOSIELSON SANTOS DA COSTA	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	
LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO/PA	
MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS VIEIRA	DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTARÉM	
MARCELLO BORGES	ICMBio	
PADRE TOMASZ GWIAZDA	PARÓQUIA ORIXIMINÁ	
ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS	DEFENSORIA PÚBLICA DE MARABÁ	



Para: Dra. Fabiana Schneider
Procuradora da República em Santarém

Assunto: PEDIDO DE ANULAÇÃO DA CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA DA PROJETO MRN.

Nós moradores das Comunidades Remanescentes de Quilombos: Abuí Grande, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué.

O motivo dessa comunicação é denunciar que NÃO ACONTECEU A CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA DOS ESTUDOS DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE nas nossas comunidades, Pedimos que seja ANULADA A CONSULTA que disse que aconteceu no final de novembro e começo de dezembro de 2014.

OS MOTIVOS PARA PEDIR A ANULAÇÃO SÃO:

1. As lideranças e os comunitários do Alto Trombetas I não estão ainda suficientemente INFORMADAS sobre os estudos geológicos e os planos de expansão da MRN. As comunidades precisam de tempo para entender as palavras técnicas. Então não se pode falar de CONSULTA INFORMADA.
2. Não tivemos tempo e LIBERDADE para construir um consenso entre os comunitários. O tempo todo a conversa era que a gente tinha que decidir rápido. E também que não adiantava a gente ser contra que a nossa voz não ia ser ouvida que a MRN ia conseguir o que ela queria. Quilombola tem um jeito seu de decidir que precisa de muita conversa e muito entendimento ainda mais uma decisão importante como essa.
3. Esse assunto de consulta DIVIDIU as comunidades. Foi muita pressão da MRN, da Palmares e do Prefeito. E as promessas de emprego foram feitas para dividir os comunitários e pressionar as lideranças a aceitar o estudo. Nós precisamos de tempo para dialogar, tentar nós unir de novo o nosso povo para chegar a uma decisão da maioria.
4. Foram feitas reuniões em novembro e dezembro e falarão do assunto plano de consulta e MRN, mas não foi feita a consulta e a comunidade não tomou a sua posição. E tiveram participação de poucos comunitários, não foi representativo. E como está nas atas das reuniões o objetivo da reunião era socializar o plano de consulta. MAS NÃO TEVE REUNIÃO PARA DECISÃO FINAL DE CONSULTA.
5. Não reconhecemos a legitimidade do GRUPO DE TRABALHO QUILOMBOLA da Mineração Rio do Norte que na reunião de 17/07/2015 na MRN autorizou a volta imediata dos estudos ambientais e detalhamento geológico – ata que foi apresentada a Dra. Fabiana. Decisão séria tem que ser bem discutida e decidida em assembleia na comunidade e não na sala da MRN. Para nós o GT é uma tentativa de cooptação de lideranças e fere a LIBERDADE do processo. A senhora tem sido nossa parceira todo esse tempo e garantiu que a mineração olhasse para o povo quilombola. Por isso contamos com seu apoio para atender nossa demanda.



A senhora tem sido nossa parceira todo esse tempo e garantiu que a mineração olhasse para o povo quilombola. Por isso contamos com seu apoio para atender nossa demanda.

Saudações quilombo

	NOME	COMUNIDADE	CARGO
01	Ruy Bruni Rocha	Sagrada Costa	Fundador
02	Elonize dos Santos Pinheiro	Tapagem	participante
03	Karina dos Santos Lourido	Tapagem	participante
04	Catarina Garcia dos Santos	Tapagem	participante
05	Quizia Garcia dos Santos	Tapagem	Participante
06	Unisse Garcia dos Santos	Tapagem	Participante
07	Antonio Esauas A Pinheiro	Tapagem	Participante
08	Elenilda dos Santos Pinheiro	Tapagem	Participante
09	Quinzê dos Santos Pinheiro	Tapagem	Participante
10	Andréa Garcia dos Santos	Tapagem	Participante
11	Alvinio dos Santos	Tapagem	Participante
12	Raldileia Reis dos Santos	Tapagem	participante
13	Maria Gabriela Reis dos Santos	Tapagem	participante
14	Ana Katrina Melo de Souza	Tapagem	participante
15	Andresson dos Santos Pinheiro	Tapagem	participante
16	Andrezza Garcia dos Santos	Tapagem	participante
17	Maria Rosa Garcia	Tapagem	Participante
18	Cluzio Silveira dos Santos Filho	Tapagem	Participante
19	Kaio Garcia dos Santos	Tapagem	Participante
20	Raimundo Xavier dos Santos	Tapagem	Participante
21	Raimundo Pinheiro	Tapagem	Participante
22	Antonio dos Santos	Tapagem	Participante
23	ADENILSON SILVEIRA dos Santos	Tapagem	participação
24	Aldirko Sousa negreiros	Tapagem	Participante
25	Fausto Xavier	Tapagem	Participante
26	Julma Oliveira de Jesus	Tapagem	participante



Saudações Quilombolas

Nº	NOME	COMUNIDADE	CARGO
01	Resurreição Maria X.	Abui	Jovem
02	Frederico Maria Xavier	Abui	Jovem
03	Apelison Princes Xavier	Abui	Jovens
04	Simone dos Santos	Abui	Professora
05	Alceni Princes	Abui	A. Alimulabide
06	Yvoni Souza	Abui	Jovem
07	Alceni Princes Xavier	Abui	Jovens
08	Yvoni Souza Xavier	Abui	Jovem
09	Oziassio Xavier	ABUI	J
10	Aldenise Princes Souza	Abui	Jovem
11	Alceni Souza Xavier	Abui	Jovem
12	Mario Eliza Durão Figueiredo	Abui	Jovem
13	Alceni Souza Xavier	Abui	Jovem
14	FRANILSON Adão	ABUI	Jovem
15	Milene Souza Xavier	Abui	Jovem
16	Elenilson Figueiredo do Carmo	ABUI	Jovem
17	ARIELSON Princes XAVIER	ABUI	Jovens
18	Apelison Princes Xavier	ABUI	SECRETARIO gda
19	Edith Princes	Abui	zeladora
20	Antonio Souza dos Santos	Abui	Jovens
21	Adeane Princes Xavier	Abui	Jovens
22	Abelize Princes Xavier	Abui	animadora do g de j



01	marinete silveira santos	Sagrado	Dir. G.M.O.
02	Leidiane Odete Duarte	Sagrado	Dir. Coordenadora
03	Ana Carolina silveira dos santos	Sagrado	participante
04	Ronilton Valério Perdi	Sagrado	participante
05	maria Lídia Pires	Sagrado	participante
06	Dinêia Pires	Sagrado	participante
07	Renete Seale	Sagrado	participante
08	Wilson Estevo dos santos	Sagrado	Coordenador em
09	Raimundo Vieira	TAPAGEM	
10	SANTANA Cordeiro	TAPAGEM	
11	Edilene de Souza Lima	TAPAGEM	
12	ISAÍAS DOS SANTOS	SAGRADO	
13	Jaima Pires dos santos	SAGRADO	
14	maria Galia P. Estevo	SAGRADO	
15	Raimundo BeuTES		
16	Thaís de Aguiar S. das Neves	SAGRADO	
17	Faciendes vieira adão	SAGRADO	
18	Renaldo da Cruz	SAGRADO	
19	Wilson Estevo dos santos	SAGRADO	
20	José Elício Silveira dos Santos	SAGRADO	
21	Rachel Pires dos Santos	SAGRADO	
22	Márcia Adão Pereira	TAPAGEM	
23	Antonio Cardoso Pereira	TAPAGEM	
24	maria de Jesus Pires Estevo	SAGRADO	
25	Wilson dos Santos Estevo	SAGRADO	
26	Manoel Brites O. dos S.	SAGRADO	
27	Maria Maria Eliana S.	SAGRADO	
28	Edl. Pimenta naturalidade	SAGRADO	Coordenadora P. T. em
29	Acadêmia Pires da naturalidade	SAGRADO	participante
30	Francinele dos santos da 7	SAGRADO	participante
31	Francinaldo Pereira da 7	SAGRADO	participante



Saudações quilombo

	NOME	COMUNIDADE	CARGO
1	Francisco Carlos Santos	Albur	Agente
2	Raimundo Dias de S	Paraná	Agricultor
3	Maria Jiria Cordeiro	Paraná	Agricultor
4	Normite Cordeiro Xavier	Paraná	Agricultor
5	Maria Norma Cordeiro	Paraná	Agricultor
6	Normiane Cordeiro Xavier	Paraná	Agricultor
7	Ediomara Pires Cordeiro	Paraná	Agricultor
8	Noelha Cordeiro Xavier	Paraná	Agricultora
9	Nafitakiane Cordeiro Xavier	Paraná	Agricultora
10	Laindalu Viana Ribeiro	Tapagem	Participante
11	Ulívia Barreto Viana	Tapagem	Participante
12	Estan Luiz Pinheiro de Souza	Tapagem	Participante
13	Maria Xavier Viana	Tapagem	Agricultura
14	Renata Adriane Viana da Silva	Tapagem	participante
15	André Cordeiro Xavier	Tapagem	Participante
16	Antonio Carlos	Tapagem	
17	Leandro Xavier	Tapagem	
18	Albanezi Borges	Tapagem	
19	Franilde Borges Torres	Tapagem	participa
20	Juana dos Santos Viana	Paraná	Agricultora
21	Vimara Xavier dos Santos	Paraná	Agricultora
22	Umar dos Santos dos Santos	Paraná	Agricultor
23	Porcelma Pires dos Santos	Paraná	Agricultora
24	Umarina Pires dos Santos	Paraná	Agricultora
25	Umar Pires dos Santos		
26	Lina Xavier	Tapagem	partieipa
27	Moisés Pires	Paraná	partieipa
28	Viana Xavier Pires	Paraná	partieipa
29	Ruth Lene dos Santos	Paraná	
30	Maria Teixeira dos Santos	PARANA	
31	Abelino dos Santos	Paraná	
32	Delina Cordeiro Barbosa	Paraná	
33	Maria Luíza Cordeiro	Paraná	



Saudações Quilombolas

Nº	NOME	COMUNIDADE	CARGO
01	Selena Xavier de Souza		
02	Francisca Cordeiro		
03	Auzia Ferreira da Silva		
04	Edimara Valério dos Santos		
05	Audiane Xavier de Souza		
06	Raissa Adão Cordeiro		
07	Clarice Xavier de Souza		
08	Edimara Valério dos Santos		
09	Yvete Mottis de Souza		
10	SANTANA SALAZAR		
11	Roseane dos Santos Souza		
12	Sobson Xavier		
13	Luciano Nicolino de Souza		
14	Shirlem Souza Xavier		
15	Damiana da Costa Xavier		
16	Esmeralda Silveira		
17	Maria de Nazare Cale		
18	Maria Rosa Garcia		
19	Maria Cleuza Valério		
20	Vanderlison Cordeiro da Silva		
21	Maria Zéni Adão		
22	Rozildo Xavier		
23	Fabiano de Jesus dos Santos	Tapagem	
24	Rudinei Maria da Silva Cordeiro	Tapagem	
25	Catarina Garcia dos Santos	Tapagem	
26	Maria Domingas Adão Cordeiro		
27	Paulinho de Souza Ladeira		
28	João Augusto Corrêa	Tapagem	
29	Helia dos Santos Cordeiro	Tapagem	
30	Elisângela Ferreira da Silva	Tapagem	
31	Renivaldo Costa Xavier	Tapagem	PR. Mãe Domingas
32	Domingos de Belas		
33	Lucio S. Rita	TAPAGEM.	
34	Jelay Carmo da Silva		
35	Alma Elissa Valério dos Santos		
36	Maria Usmapina Valério dos Santos		
37	Ismael Corrêa da Silva	Tapagem	
38	Juliano Cordeiro do Carmo	Tapagem	
39	Domingos Silveira dos Santos		
40	Keila Roxane Queiroz Xavier		
41	Maria Amélia Vieira Xavier	Tapagem	
42	Maria de Nazaré Gomes de Souza		
43	Raimundo Valério		
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			
52			
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			
60			



Saudações Quilombolas

Nº	NOME	COMUNIDADE	CARGO
01	Luano Gonçalves Rodrigues	Paraná do Abui	Coordenador
02	Francisco Amarias de Almeida	Paraná do Abui	Coordenador
03	Zita Caldeira Mendes	Paraná do Abui	
04	Josna Mendes	Paraná do Abui	
05	Agueda Mendes dos Anjos	Paraná do Abui	
06	Glusiane Mendes dos Anjos	Paraná do Abui	
07	Ediene Pires Cordeiro	Paraná do Abui	
08	William Mendes dos Anjos	Paraná do Abui	
09	Elizil Rizes dos Santos	Paraná do Abui	
10	Vicente Batista Dato	Paraná do Abui	
11	Adriana Nobre	Paraná do Abui	
12	Alison da Silva	Paraná do Abui	
13	Silvina Roberto Castro Cordeiro	Paraná do Abui	
14	Josana Caldeira Mendes	Paraná do Abui	
15	Jose Eduardo Rebelo	Paraná do Abui	
16	Osilane Caldeira Mendes	Paraná do Abui	Tribunaleira
17	Felipe dos Anjos Santos	Paraná do Abui	
18	Patricia dos Santos	Paraná do Abui	
19	Ornelina Ribeiro dos Anjos	Paraná do Abui	
20	Nilton de Souza da Conceição	PARANA do Abui	
21	Maria Estelita Mendes	Paraná do Abui	
22	Maria Cleuza Xavier	Paraná do Abui	Agente Comunitário de Saúde
23	Somália Melo Barbosa	Paraná do Abui	
24	Regina Keta Barbosa	Paraná do Abui	
25	Marcus Martins de Souza	Paraná do Abui	
26	Armando de Souza da Conceição	Paraná do Abui	
27	Alcides da Silva	Paraná do Abui	
28	Osineide da Silva	Paraná do Abui	
29	Chelio Souza da Conceição	PARANA	
30	Ubirajara dos Santos	PARANA	
31	Rosivaldo Pereira	PARANA	
32	Amadeu de Souza da Conceição	Paraná	
33	Maria Rosa Vieira	Paraná do Abui	
34	Restriane Vieira Cordeiro	Paraná do Abui	



CNPJ: 04.048.235/0001-0
Endereço da Sede: Aldeia Mapuera
Endereço do Escritório: Rua Barão do Rio Branco, S/N, Bairro: São Jose Operário
CEP: 68270-000 – Oriximiná-PÁ-Brasil

**Relatório - situação da CASAI DE ORIXIMINÁ
PARA Secretario da SESAI – Brasília – DF. 05/2015.**

Informação Oriundo das comunidades, Conselho Local e Conselho Distrital, sobre situação da CASAI de Oriximiná e descontentamento dos povos Indígenas da região.

CASAI DE ORIXIMINÁ

Relatamos tudo que vimos a dia a dia, a situação e funcionamento da saúde indígena, a situação da CASAI do Município de Oriximiná é muito alarmante, que a mesma encontrasse em estado precária e inadequada para atender a demanda. Porque o referido estabelecimento foi construída para familiares de médicos, que vinham das outras cidades para prestar serviços no hospital do município. Por isso ela não foi feita para atender a demanda grande, como a da CASAI hoje. Informamos ainda que no terreno da CASAI existe apenas 03 casas, primeira casa funciona escritório da CASAI, numa parte dela funciona um refeitório ou (cozinha). Na segunda casa funciona enfermaria onde os índios são atendidos pelas enfermeiras, em uma parte da mesma casa tem 04 quartos com capacidades de abrigar pelo menos 03 pessoas ou (pacientes) em cada quarto, na terceira casa funcionar POLO DA SAÚDE Indígena, ali também há várias salas mas, são todas ocupadas pelos enfermeiros. Depois de ser CASAI, foi construídas um barracão com capacidades de abrigar 30 pessoas, mesmo assim, ainda não é suficiente para alojar todos os indígenas que vem para tratamento de saúde. Que atualmente ela atende aproximadamente 200 pacientes, mas, ela não tem condições de abrigar seus usuários bem, como deveria, principalmente os pacientes que vem da aldeia para tratamento de saúde e por insuficiências do tamanho da casa os próprios pacientes improvisam umas barraquinhas de lonas em torno da CASAI.

PRECISA SE DE MUITO PARA MELHORAMENTO DE ESTABELICIMENTO DA CASAI DE ORIXIMINÁ, MELHOROU MAS, AINDA NÃO ESTA 100% COMO AGENTE GOSTARIA QUE FOSSE.

Por tanto, sua estrutura encontrasse inadequada para atender a demanda, por este motivo hoje se ver dezenas de barracos de lonas em torno dela, onde os pacientes aguardam as vezes meses os dias marcados para consultas medicas, ou aguardam simplesmente retorno a atendimento medico. Ressaltamos ainda que embaixo dessas lonas há vários pacientes com muitos tipos de problemas de saúde: mulheres de resguardas de partos pegando sereno ou chuveiro, as crianças recém nascidas pegando frio da noite, arriscando saúde, os velhos que aguardam consulta medica e outras. Segunda informação dos pacientes que estão embaixo daquelas barraquinhas de lonas, numa noite de chuva os pacientes desatam redes e ficam em

Recebido
29.09.20
Esc. Jesuítas
Coordenadora
Márcia Brito



pé ate chuva passar, as vez vem chuva com ventos forte que molha seus pertences, roupas, redes, enxurrada muitas as vezes passa por baixo das lonas e fica só lama em baixo, que compromete saúdes dos paciente que estão em tratamento etc. Em virtude dessas situações, perguntamos a nos mesmos, “quem poderá livrar os pacientes desta situação”? porque os pacientes que estão embaixo da lona estão cada vez mais vulneráveis ainda, exposto, por onde os ratos andam por cima dos seus pertences, nos horários noturno, pode contaminar ainda mais os pacientes? Quem poderia resolver e solucionar esse problema? A situação é alarmante e inadmissível, não deveria continuar assim, CASAI de Oriximiná hoje precisa de muito sensibilidade do poder publico e dar atenção para melhorar e mudar a situação de hoje. Os índios são acostumados viver no mato assim, quando esta de viagem para longe, indo para aldeia visitar seus parentes. Na cidade o índio não deveria ficar assim, porque aqui na cidade tem muitos tipos de gente, que anda de noite, roubando as vezes matando as pessoas e as vezes aterrorizando a cidade. Por isso deveria ficar no lugar seguro com portas fechadas e trancadas. Muito diferente do que no mato, o perigo no mato é onça e cobra, surucucu etc. A CASAI de Oriximiná precisa muito da ajuda para mudar esta situação.

(PROPOSTA) CONSTRUÇÃO DO PREDIO NOVO DA CASAI

Solução seria construir um novo prédio da CASAI, demolir o prédio velho que é inadequada para atender os números maiores de pacientes e construisse no mesmo lugar um prédio novo e maior para CASAI, com estrutura bem mais ampla, mais organizada, mais confortável, para atender os números maiores dos pacientes indígenas da região do município de Oriximiná, talvez assim, assim melhora a situação da CASAI. Porque as casas hoje são pequenas por isso não tem condições de abrigar todos os pacientes e não tem lugar suficiente para profissionais exercerem seus trabalhos.

COMPRA DE MEDICAMENTOS PELOS PACIENTES

Os pacientes indígenas após consultas médicos recebem Receita Medica como de costume, e os próprios índios pagam medicamentos para se tratarem, a situação é preocupante já que maioria dos indígenas da nossa região não tem renda mensal, por isso a situação deles ainda fica mais difícil, sem poder ter com que comprar medicamentos. Os indígenas sempre perguntam se realmente governo não liberar recursos para aquisição de medicamentos para CASAI, e nos ficamos sem dar resposta e perguntam também ate quando vão ficar a mercê destas situação.

ATENDIMENTO DA SAÚDE INDIGENAS NAS ALDEIAS

Atualmente todas as populações das aldeias da região do município de Oriximiná não possuem POSTO DE SAUDE, construída pela SESAI, hoje existe sim casas de Postos de Saúde em algumas aldeias, mas, que são construídas pelos próprios índios da aldeia. Enquanto, em outras aldeias o atendimento de saúde funciona nas casas improvisadas ou nas casas dos próprios AIS - Agente Indígena de Saúde que atua na aldeia.

ATENDIMENTO DA SAÚDE INDIGENA DO POLO DA ALDEIA MAPUERA

Na aldeia maior da região do rio Mapuera, chama – se (MAPUERA), com população total de 1035 pessoas, e com 235 famílias, nem sequer possuir casa de POSTO DE SAÚDE. Recentemente Posto de Saúde construída na época da FUNAI quando tomava conta da saúde indígena, foi desmanteladas, para construir um novo prédio próprio para POSTO DE SAÚDE mas, ate hoje ainda não foi iniciado sua construção apenas a casa foi desmanteladas. Enquanto isso, o atendimento da saúde Indígena funciona numa casa improvisada, onde nem



sequer dar exemplo da higiene, é necessário que a construção do Posto de Saúde da aldeia Mapuera iniciasse logo mais rápido possível.

FALTA DISTRIBUIÇÃO MELHOR DE MEDICAMENTOS NAS ALDEIAS

Falta de medicamento é o principal problema de todas as aldeias da nossa região, embora postos de saúde das aldeias são construídas pelos próprios índios, mas nem sequer tem medicamentos nelas.

CARENIA DA CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE EM TODAS AS ALDEIAS

Em todas as aldeias são carentes de construção dos Postos de Saúde, as aldeias precisam de casas de postos de saúde que seja mais limpo que de exemplo de higiene. Para que atendimento de saúde seja de qualidade.

FALTA CONTRATAÇÃO DE AIS, AISAN E MICROSCOPISTAS INDIGENAS

Há algumas aldeias vizinhas que ainda falta estruturar melhor, onde não há atuação dos AIS para cuidar da saúde da aldeia. Quase maioria das aldeias não tem AISAN para orientar como cuidar de água para consumir na comunidade. Quase em todas as aldeias são carente de atuação dos microscopistas, por isso é necessário de capacitação dos indígenas para manejar equipamentos de microscópico.

FALTA DE SANEAMENTO BASICO NAS ALDEIAS

Em todas as aldeias da região do município de Oriximiná, falta água potável, todas as populações indígenas das aldeias continuam consumindo água direto do rio, sem nenhum tratamento. Por conta disso populações das aldeias entre jovens, adultos e crianças sofrem com vários tipos doenças, verminoses, diarreia, vômitos, etc. embora muitas as vezes os indígenas da região lembram promessas feitas por parte da Saúde Indígenas sobre construção micro - sistema de abastecimento de água em todas as aldeias, ate hoje não se falar mais nada sobre respeito.

DISTRIBUIÇÃO DA AGUA EM TODAS AS CASAS DA ALDEIA MAPUERA

Na aldeia Mapuera, não falta água limpa, graças, os próprios índios cavaram um poço, mas, ainda falta melhoramento de distribuição de água nas casas da aldeia. Porque hoje as torneiras são localizadas nos caminhos interno da aldeia, e os jovens indígenas começam quebrar torneiras por isso muitas as vezes água fica desperdiçando ate secar as caixas d'água. Alternativa seria ligar torneira nas casas de famílias, para evitar de torneira fiquem nas ruas.

FOSSAS E PRIVADAS NAS ALDEIAS

Falta melhoramento da construção de fossas na aldeia, porque hoje as fossas da privadas encontrasse próximo das casas de morar, assim fica odor insuportável, mal cheiro nas aldeias principalmente no horário noturno. Sugestão seria, melhorar construção de fossas e uso de vasos sanitários na aldeia. Para evitar de poluição do ar, principalmente nos horários noturno. Porque na aldeia Mapuera há grande concentração de familiares indígenas e com grande número de população, por isso ela precisa ser visto com mais carinho para achar um



meio de melhorar as vidas daquela população. Por isso é importante ensinar os índios como construir fossas e usa-los.

ACESSO VIA FLUVIAL DA ALDEIA /CIDADE E DE CIDADE/ALDEIA.

A necessidade de melhoramento do acesso via fluvial, abrindo o canal do rio nas cachoeiras afastando as pedras do canal que impede manobra das canoas, que muitas as vezes tenha provocada varias acidentes, durante escoamentos dos produtos pelos índios, o rio Mapuera torna-se mais trafegável no tempo de enchente é mais perigoso e a viagem é mais rápido. No tempo de seca do rio a viagem fica mais trabalhosa e mais sacrificada, porque no rio existe muitas cachoeiras e pedras que impede o motor correr, em algumas partes do rio existe, onde se precisar descarregar canoa e arrastar ela por cima das pedras ate onde termina cachoeira. O rio é útil por onde transportam pacientes via fluvial, ou fazer visitas pelo equipe de saúde nas aldeias, levando vacina pelo rio ate as ultimas aldeias da calha do rio Mapuera. Bem como para melhorar escoamento dos produtos produzidos nas aldeias a conduzi-los a cidade ou simplesmente visitar parentes nas outras aldeias etc.

COMUNICAÇÃO

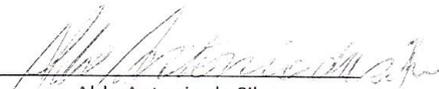
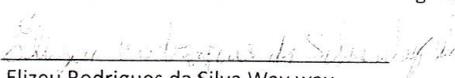
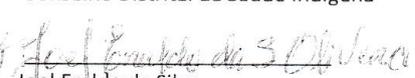
Em algumas aldeias menores, falta meio de comunicação, radio fonia, telefone, para prevenir de quaisquer casos de emergência nas aldeias por exemplo: acidentes, trabalho de parto, hemorragia, picada de cobra e outros, para que se possa acionar com eficaz a CASA do município de Oriximiná ou outras cidades. Para chamar aeronave fazer remoção imediata dos pacientes para cidades, Oriximiná ou para Santarém.

TRANSPORTE

Em quase maioria das aldeias da região estão com falta de meio de transporte para fazer remoção dos pacientes via fluvial ate a cidade se for preciso, principalmente nas localidades onde não há pistas de pouso, ou simplesmente para levar paciente da aldeia para outra aldeia onde há Pólo Base, por exemplo a aldeia Mapuera: canoa de alumínio, motores de popas etc.

FOTOGRAFIA Anexo.

A imagem em anexo demonstra os barracos onde os índios doentes dormem e aguardam os dias para serem atendidos pelos médicos ou as vezes simplesmente aguardam retorno para medico etc. as vezes são os pacientes que tomam remédio e estão em recuperação da saúde.

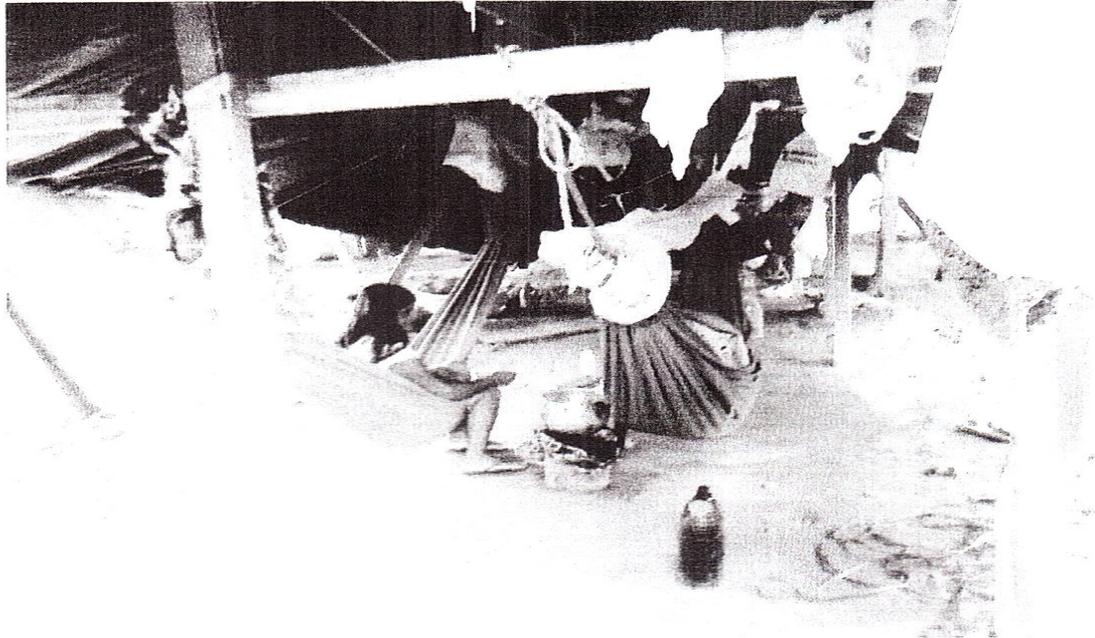
 Aldo Antonio da Silva Conselheiro Distrital da Saúde Indígena	 Paulo Manoel dos Santos Conselho Distrital da Saúde Indígena
 Elizeu Rodrigues da Silva Way way Cacique Geral do Povo Wai wai Saúde Indígenas	 Joel Eraldo da Silva Conselho Distrital da Saúde Indígena

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

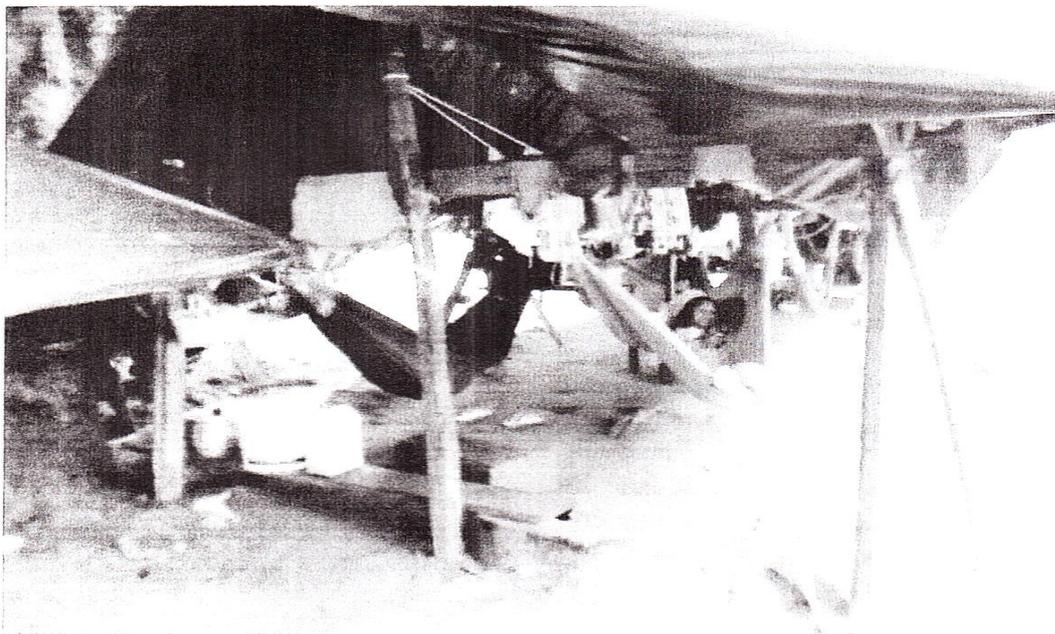
DIOCESE DE ÓBIDOS



Os pacientes almoçando em baixo do barraco de lona.
A mãe amamenta o bebe recém nascida em baixo do barraco de lona, em maio de 2015.



Pacientes estão conversando em suas barraquinhas, após almoço. Maio de 2015



Os índios Wai wai em tratamento de saúde na CASAI de Oriximiná, alguns esperam retorno para serem atendidos pelos médicos, em maio de 2015.



A mãe da recém nascida dando banho na criança recém nascida em baixo da casa de lona, a situação aumenta com a vulnerabilidade das crianças e a mãe em resguardo, por estarem exposto de tudo tipo de doenças, em maio de 2015.